



TESTES GRÁFICOS: FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICAS
EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Laura Poll Gomes

Dissertação de mestrado

Porto Alegre/RS, 2015.

TESTES GRÁFICOS: FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICAS
EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Laura Poll Gomes

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial
para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia
sob orientação da Prof^a. Dr^a. Denise Ruschel Bandeira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Setembro, 2015.

“A viagem da descoberta não consiste em procurar novas paisagens,
mas em ver com outros olhos”. Marcel Proust

AGRADECIMENTOS

É com um grande sentimento de satisfação que encerro mais este ciclo de aprimoramento profissional. Sinto muito orgulho de ter cursado o mestrado neste PPG, um programa de reconhecida excelência, que me proporcionou importantes aprendizados e para o qual só tenho elogios a tecer. Ingressar neste mestrado foi a realização de um sonho e é com plena felicidade que posso dizer que tudo valeu a pena! Entretanto, só poderia afirmar isto se reconhecesse aqueles que muitos contribuíram para que este percurso fosse possível, então a estas pessoas, dedico os meus mais sinceros agradecimentos:

Aos meus pais, Angela e Luiz, por todo o incentivo e suporte dado. Em especial, a minha mãe por sempre ter me instigado a pesquisar e a buscar o conhecimento. Muito obrigada pelo apoio incondicional e o amor que sempre me deram, o reconhecimento de vocês será sempre o meu maior êxito. Amo-os muito!

Ao meu esposo, Guido, agradeço por me acompanhar nesta jornada desde a minha graduação, sendo sempre companheiro, compreensivo e incentivador. JDH!

A minha orientadora Denise Ruschel Bandeira, agradeço a oportunidade, a confiança e os importantes ensinamentos que me proporcionaste ao longo desses anos. Minha gratidão!

A minha banca avaliadora, agradeço a relatora Clarissa Trentini e as professoras Adriana Serafini e Maria Lucia Tiellet Nunes, por terem aceitado o convite e pelas valiosas contribuições!

Aos colegas do grupo GEAPAP, obrigada pelos momentos compartilhados, as trocas de ideias e debates que auxiliaram na reflexão de importantes aspectos deste trabalho. Em especial, agradeço a Juliane Callegaro Borsa pelo incentivo dado para iniciar este trabalho. Também aos colegas Sérgio Eduardo Oliveira, Mônia Aparecida da Silva, que auxiliaram na coleta dos dados da pesquisa, e Wagner Lara Machado pela ajuda na construção do questionário. Muito obrigada!

As minhas amigas Alessandra Gamermann, Mariana Bauermann, Luciana Nadal e Érica Baron, por toda a parceria, incentivo e torcida sincera para que tudo desse certo.

À auxiliar de pesquisa Bruna Cardoso Pacheco, pela dedicação e comprometimento com a coleta de dados da pesquisa.

Aos participantes deste estudo, por compartilharem suas experiências e opiniões sem as quais este trabalho não seria possível.

Aos Conselhos Regionais de Psicologia, agradeço pela receptividade e o auxílio dado na divulgação do estudo.

SUMÁRIO

Lista de tabelas	4
Lista de figuras	5
Resumo	6
Abstract	7
1. Introdução	8
1.1 Considerações sobre Avaliação Psicológica	8
1.2 Contextos de aplicação da avaliação psicológica	11
1.3 Caracterização dos testes gráficos.....	14
1.4 Justificativa e objetivos	20
2. Método	22
2.1 Participantes	22
2.2 Delineamento e Procedimentos	23
2.3 Instrumento	23
2.4 Considerações éticas	24
2.5 Análise de dados	24
3. Resultados	25
4. Discussão	50
5. Considerações finais	61
Referências	64
Anexos	71
Anexo A- Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS...	72
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	74
Anexo C – Questionário.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Descrição dos dados demográficos da amostra por frequência e porcentagem....	22
Tabela 2. Distribuição dos participantes em níveis de titulação acadêmica em percentuais.	25
Tabela 3. Frequência e percentual de categorias de tempo de experiência em AP.....	26
Tabela 4. Frequência e porcentagem de tempo de experiência em supervisão de AP.....	29
Tabela 5. Questões e resultados sobre a utilização de testes gráficos.....	30
Tabela 6. Porcentagem de respostas sobre nível de importância de determinadas características dos testes gráficos.....	40
Tabela 7. Porcentagem de respostas sobre nível de importância de conhecimentos em AP.	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Áreas de atuação em AP em percentuais	27
Figura 2. Referencial teórico utilizado em AP em percentuais	28
Figura 3. Formas de aprimorar os conhecimentos em AP	47

RESUMO

Este estudo se propôs a investigar dados atuais sobre o uso dos testes gráficos em avaliação psicológica (AP). Para tanto, foi realizada uma pesquisa de levantamento, com amostragem por conveniência. A coleta de dados se deu através de um questionário *online*, composto por questões abertas e fechadas. Participaram do estudo 370 psicólogos, oriundos de todas as regiões do Brasil, sendo a maioria do sexo feminino (85,1%), na faixa etária dos 21-30 anos (34,6%), com pós-graduação concluída (61,2%). Os resultados obtidos foram estudados a partir da estatística descritiva e análise de conteúdo. Dentre os principais achados, foi encontrada predominância do uso de AP nas áreas clínica (64,3%) e/ou organizacional (41,3%), e os testes gráficos mais usados são o H-T-P (76,5%) e o Palográfico (63%). O estudo discutiu as percepções dos respondentes sobre as limitações dos testes e da formação profissional. O presente estudo cumpriu com o seu propósito e assim espera-se que estes dados possam contribuir para novas pesquisas. Conclui-se que são necessários novos estudos e investimento em pesquisas regulares de revisão dos instrumentos, por se tratarem de testes muito utilizados e, ao mesmo tempo, questionados no cenário brasileiro de avaliação psicológica.

Palavras-chave: testes gráficos; avaliação psicológica; formação profissional; levantamento.

ABSTRACT

Title: Drawing tests: professional preparation, research and practices in psychological evaluation

The present study aims to investigate current data on the use of drawing tests in psychological evaluation (PE). For this purpose, a survey was conducted using a convenience sampling. The data collection was carried out through an online questionnaire composed of open and closed questions. The study included 370 psychologists, from all regions of Brazil, mostly female (85.1%), aged between 21-30 years (34.6%), with a postgraduate degree (61, 2%). The results were studied using descriptive statistics and content analysis. Among the main findings, there is a prevalence of the use of PE in the clinical (64.3%) and organizational (41.3%) areas, and the most commonly used drawing tests in these areas were HTP (76.5%) and Palográfico (63%). The study discussed the respondent's perceptions about the limitations of the tests and the professional training. This study fulfilled its purpose and thus it is expected that this data will contribute to new researches. It was concluded that further studies and also investment in regular researches on instrument's review are necessary, due to its large usage and questioning at the Brazilian scenario of psychological evaluation.

Keywords: drawing tests; psychological evaluation; professional training; survey.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações sobre Avaliação Psicológica

A avaliação psicológica (AP) possivelmente é uma das áreas mais antigas da psicologia, que possibilita a objetivação e a operacionalização das teorias, assim como a integração entre ciência e profissão (Primi, 2010). É também considerada um elemento vital e central para a prática dos psicólogos (Meyer, Finn, Eyde, Kay, Moreland, Dies, Eisman, Kubiszyn, & Reed, 2001). No entanto, a avaliação psicológica é um termo abrangente e, por isso, faz-se necessária uma breve distinção dessa em relação à testagem psicológica. A AP refere-se a um processo de coleta de dados, para o qual se utilizam diferentes métodos e técnicas de investigação (Godoy & Noronha, 2005). Para Noronha e Alchieri (2004), esse processo se caracteriza por ser uma atividade que busca a compreensão do funcionamento psicológico individual com vistas à orientação e predição. Já a testagem corresponde ao uso dos testes psicológicos, ou seja, os resultados obtidos através desses instrumentos, que se baseiam em dados normativos e servem de subsídios para AP (Meyer et al., 2001; Primi, 2010). Cabe lembrar que os testes psicológicos são de uso restrito dos psicólogos, conforme a Lei nº 4.119/62 que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo (Brasil, 1962).

É preciso salientar que a testagem é apenas uma etapa da avaliação psicológica, ficando ao encargo do profissional selecionar os métodos e as técnicas a serem utilizados, de acordo com os objetivos do processo (Cunha, 2000). Anastasi e Urbina (2000) caracterizam o teste psicológico como uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento, com uniformidade de procedimento tanto na aplicação quanto na correção do mesmo. O instrumento também pode ser entendido como um conjunto de itens, previamente analisados estatisticamente, que mensuram um fenômeno psicológico

específico (Pasquali, 1999). O teste psicológico abrange aspectos como administração, correção e interpretação dos resultados individuais com base em dados nomotéticos (Naglieri et al., 2004). Para tanto, estes instrumentos são desenvolvidos a partir de conhecimentos científicos voltados para o delineamento, padronização e validação, com vistas à redução ou à eliminação de vieses (APA, 2002). Essas características corroboram a distinção entre testes e técnicas, incluindo-se nas últimas: a entrevista, a observação e as dinâmicas de grupo, por terem caráter menos objetivo (Freitas & Noronha, 2005).

Os testes são ferramentas muito usadas pelos psicólogos para avaliação, tomada de decisão e diagnóstico, porém, como qualquer instrumento, a sua utilização pode se dar de forma correta ou incorreta (Muniz & Bartram, 2007). Considerando que a atividade de AP requer um alto grau de habilidade e conhecimento técnico do profissional para conduzir este processo (Naglieri et al., 2004; Tavares, 2012), o ensino de graduação precisa assegurar uma formação adequada aos futuros psicólogos para que tenham competência suficiente para aplicar e interpretar os resultados (Freitas & Noronha, 2005). No Brasil, o uso de testes psicológicos é a única atividade privativa do psicólogo e, portanto, o ensino superior deveria dar prioridade à AP, o que não se efetiva na prática (Hutz & Bandeira, 2003).

Pondera-se que a formação para trabalhar em AP não se completa nem se esgota ao término da graduação (Hutz & Bandeira, 2003), sendo necessária a constante atualização, especialização e a reflexão crítica acerca da escolha e uso dos testes, coerente com o que pretende avaliar (Bandeira, Trentini, Winck, & Lieberknetch, 2006). No estudo de Noronha, Primi e Alchieri (2005), foram entrevistados 304 psicólogos e estudantes de psicologia. Os autores observaram uma tendência nos profissionais em utilizar apenas instrumentos aprendidos durante a graduação, revelando a necessidade de atualização dos psicólogos em AP. Nos últimos anos, têm-se observado uma crescente procura por cursos específicos em AP, como de educação continuada, especialização e outros, por conta das demandas que o

campo prático tem suscitado aos psicólogos (Bandeira, 2011). Isso pode sugerir que os profissionais não estariam atualizados como deveriam, mas também é possível que as instituições de ensino não estejam capacitando ou tenham dificuldades na transmissão dos conhecimentos, não suprimindo assim as demandas do campo aplicado (Noronha, 2002).

Nos últimos anos, a área de AP encontra-se num momento de reflexão e discussão quanto ao uso de testes psicológicos e à carência de instrumentos válidos para a realidade atual, embora esses pontos venham sendo debatidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) já há algum tempo (Chiodi & Wechsler, 2008). Na área científica, estudos têm sido realizados sobre o ensino e prática de AP (Noronha, Barros, Nunes, & Santos, 2014; Noronha, Primi, & Alchieri, 2005; Nunes, Muniz, Reppold, Bueno, Faiad, & Noronha, 2012; Reppold & Serafini, 2010) e estes apresentam uma preocupação com a qualidade da formação, quanto ao uso e validação dos testes psicológicos, e também em relação ao processo de ensino-aprendizagem e a inserção dos conhecimentos na prática profissional (Godoy & Noronha, 2005; Noronha, 2002).

As críticas dirigidas à avaliação psicológica impulsionaram os psicólogos a buscar espaço e revalorização do campo junto ao CFP, ao longo das décadas de 80 e 90. Havia muitas queixas quanto ao uso inadequado dos testes psicológicos, a falta de qualidade dos instrumentos disponíveis e nos documentos decorrentes de AP com pouca condição técnica e, muitas vezes, com conclusões equivocadas (Alves, 2009). Havia um clamor por incentivo e mudança para essa área, voltados para as graduações e formação continuada. Em 2003, o CFP implantou o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) e colocou em vigor a Resolução nº 002/2003 (CFP, 2003), que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, recomendando o uso de testes avaliados com parecer favorável pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. Desde então, a área de avaliação psicológica vem passando por um processo de expansão, valorização e

renovação, com a intensificação dos estudos bem como pela criação de grupos e laboratórios de pesquisa em vários cursos de pós-graduação, o que tem fomentado o desenvolvimento científico desta ciência psicológica (Chiodi & Wechsler, 2008; Hutz & Bandeira, 2003).

1.2 Contextos de aplicação da avaliação psicológica

A avaliação psicológica está inserida em diversos campos de atuação do psicólogo, abrangendo uma pluralidade de contextos, destinada a indivíduos, grupos e instituições. Conforme o seu propósito, a avaliação assume características específicas, relacionadas à escolha das estratégias e do instrumental a ser usado que deverá estar de acordo com o embasamento teórico e a finalidade do processo (Ocampo, Arzeno, & Piccolo, 2009).

Na área clínica, a avaliação psicodiagnóstica tem por objetivo conhecer as forças e fraquezas do funcionamento psicológico, identificando a presença ou não de quadros psicopatológicos (Cunha, 2000). Portanto, envolve uma complexidade maior, com o foco centrado no indivíduo e no motivo da avaliação (Naglieri et al., 2004). Trata-se de um processo científico, com tempo delimitado, que utiliza técnicas e testes psicológicos para compreender, classificar e avaliar aspectos específicos a partir de referenciais teóricos e que culmina na comunicação dos resultados, com o prognóstico e recomendações para o caso, se essas forem necessárias (Cunha, 2000).

No estudo com estudantes e psicólogos clínicos de orientação cognitivo-comportamental foi constatado que esses usavam mais o Bender, Desenho da Figura Humana e o Wartegg em comparação a outros testes (Oliveira, Noronha, & Dantas, 2006). Pesquisas também revelaram uma alta utilização de testes gráficos em psicodiagnósticos realizados em clínicas-escola (Freitas & Noronha, 2005; Reppold & Hutz, 2008). A literatura sugere que os testes gráficos são muito usados devido à possibilidade de uma interpretação

compreensiva, à escassez de testes válidos e às limitações na formação profissional na área de avaliação psicológica (Noronha, 2002; Oliveira et al., 2006; Reppold & Hutz, 2008).

A inserção da psicologia na área forense se deu exatamente por conta do uso de testes psicológicos, vistos como importante medida de comprovação e orientação (Lago, Amato, Teixeira, Rovinski, & Bandeira, 2009). Num primeiro momento, a prática do psicólogo era bastante limitada e restrita à testagem. No entanto, esse espaço de atuação foi aos poucos sendo estendido, o que viabilizou o desenvolvimento de outras ações nesta área (Lago et al., 2010). A avaliação psicológica forense é uma atividade ampla e diferente da realizada no meio clínico, demandando adaptações ao contexto legal e uma atenção maior à possibilidade de dissimulação e à distorção dos dados (Davoglio & Argimon, 2010). O uso da avaliação psicológica no contexto jurídico tem sido pautado a partir de objetivos definidos, o que possibilita responder e recomendar soluções às questões geradas pela instância jurídica (Lago et al., 2010). Em estudo realizado no Rio Grande do Sul, foi constatado que 87% dos psicólogos forenses utilizavam testes psicológicos em suas avaliações, com preferência por técnicas projetivas e gráficas (Rovinski & Elgues, 1999).

No contexto de recursos humanos, a AP é considerada uma importante ferramenta na tomada de decisão, sendo bastante solicitada pelas empresas que visam maior êxito em suas ações de seleção e desenvolvimento de profissionais. Em processos seletivos, o uso de testes psicológicos tem por objetivo avaliar conhecimentos e competências do candidato, para que seja traçado um perfil mais preciso naquele momento, com o intuito de tentar prever o respectivo desempenho no cargo (Baumgartl, Pagano, & Lacerda, 2010). Estudos apontaram os testes gráficos como os instrumentos psicológicos mais utilizados em seleção de pessoal (Baumgartl et al., 2010; Godoy & Noronha, 2005; Pereira, Primi, & Côrbero, 2003). Num estudo realizado em Minas Gerais, foi identificado que 33% dos psicólogos que atuavam em seleção de pessoal utilizavam instrumentos não reconhecidos pelo CFP (Baumgartl et al.,

2010). Destaca-se que os testes com parecer desfavorável no CFP não podem ser usados, incorrendo em falta ética quem os utiliza, fora do contexto de pesquisa (CFP, 2003).

Outra área na qual a avaliação psicológica tem sido debatida é na psicologia do trânsito. Os profissionais referem a necessidade de novos estudos quanto aos procedimentos e instrumentos que têm sido empregados no exame de condutores (Sampaio & Nakano, 2011; Silva & Alchieri, 2010). Esta AP busca identificar as condições psicológicas do condutor, aspectos da personalidade e funções cognitivas, para avaliar se este é capaz dirigir sem colocar em risco a sua segurança e a de outros (Lamounier & Rueda, 2005). Silva e Alchieri (2010) ponderam que, mesmo com estas exigências, ainda há muito que se discutir sobre a real contribuição da avaliação psicológica para a promoção da segurança no trânsito.

Numa revisão de pesquisas sobre psicologia do trânsito, referente ao período de 2000 a 2009, foi constatado que o teste PMK – Psicodiagnóstico Miocinético e TCR (Teste Conciso de Raciocínio) eram os testes mais usados na avaliação de condutores naquele período (Sampaio & Nakano, 2011). Além do PMK, foram encontrados outros testes gráficos como o HTP, Palográfico e Wartegg. Silva e Alchieri (2010) relataram resultados semelhantes em seu estudo, no qual analisaram os dados de avaliação psicológica de 67 condutores que exerciam atividade remunerada, avaliados na aquisição da habilitação em 2002 e na renovação da permissão em 2007. Constataram que o Palográfico e o HTP tinham sido os testes mais utilizados para avaliar a personalidade dos condutores em 2002. Entretanto, na renovação em 2007, a personalidade foi somente avaliada por meio do Palográfico. Conforme a Resolução nº 02/2003, atualmente apenas o teste gráfico Wartegg encontra-se com parecer desfavorável para o uso, desde 11/04/2003).

Neste texto, foram abordadas as principais áreas da avaliação psicológica, nas quais é possível encontrar o uso de testes psicológicos, em específico, os testes gráficos. É preciso lembrar que existem outras atuações possíveis, muitas dessas relacionadas às áreas citadas.

Existem muitas possibilidades para o uso da avaliação psicológica, tais como: orientação vocacional, orientação profissional, seleção em concursos públicos, perfil para programas de intercâmbio, habilitação para porte de armas, habilitação para pilotos da aviação civil, assim como para determinados procedimentos de saúde (ex: cirurgia bariátrica) e entre outras.

1.3 Caracterização dos testes gráficos

Entende-se por testes gráficos todos aqueles nos quais o sujeito deve utilizar um lápis e que compreendem o grafismo em suas várias formas, com o propósito de realizar desenhos, traços ou rabiscos. São técnicas que, por vezes, são mais ambíguas e menos estruturadas do que os outros testes psicológicos (Lilienfeld, Wood, & Garb, 2000). Em sua maioria abarcam procedimentos de execução de *desenhos* ou *pinturas*, que podem ocorrer de quatro maneiras (Van Kolck, 1975). Uma delas é caracterizada pela cópia de determinados modelos, como no caso do Bender e as Figuras Complexas de Rey. A segunda maneira seria denominada como o completamento de desenhos, linhas ou pontos, como no Wartegg; na terceira, encontram-se as realizações gráficas sobre um tema proposto ou os desenhos temáticos sem modelo, a exemplo disto, o Desenho da Figura Humana e o Teste da Casa-Árvore-Pessoa. A última refere-se aos Desenhos Livres, nos quais não há um estímulo específico. Além desse conjunto de técnicas gráficas, existem outras que envolvem a realização de traçados simples e a análise da escrita.

No âmbito nacional e internacional, existem vários sistemas de avaliação dos aspectos emocionais e cognitivos a partir dos testes gráficos. Entre os principais testes gráficos e expressivos estão: Teste H-T-P - Casa – Árvore - Pessoa (Buck, 2003), Desenho da Figura Humana – indicadores emocionais (Machover, 1949; Hammer, 1991), Desenho da Figura Humana – indicadores cognitivos (Koppitz, 1984; Naglieri, 1988), Desenho da Figura Humana – Escala Sisto (Sisto, 2005), Desenho da Figura Humana – DFH III

(Wechsler, 2003), Figura Complexa de Rey (Rey, 1959; adaptação brasileira por Oliveira & Rigoni, 1999), Teste Palográfico (Alves & Esteves, 2004) e Teste Gestáltico Viso-motor de Bender (Koppitz, 1989; Sisto, Noronha, & Santos, 2005).

No estudo intitulado “*Tendências contemporâneas no uso de testes: uma análise literatura brasileira e internacional*” realizado por Hutz e Bandeira (1993), foram analisadas as publicações científicas que envolveram o uso de testes psicológicos. O período revisado foi de 1974 a 1992. Os autores constataram um decréscimo ao longo dos anos nos estudos que utilizaram os testes gráficos, embora o Bender e o DFH ocupassem, respectivamente, a quarta e quinta posição no ranking de testes mais frequentes nos estudos. Observaram que na década de 80, houve um grande número de publicações envolvendo testes psicológicos, evidenciando a retomada e o crescimento desta área. Na época, os autores acreditaram que isso tinha ocorrido em parte como resposta as críticas quanto à confiabilidade dos instrumentos, o que propiciou que muitos testes fossem revisados, renormatizados ou readaptados. No artigo, esses ponderaram que os levantamentos sobre o uso de testes psicológicos são importantes, pois possibilitam uma visão geral sobre a prática profissional em avaliação psicológica (Hutz & Bandeira, 1993).

Neste estudo, optou-se por incluir questões sobre os testes gráficos com parecer favorável na comissão consultiva do SATEPSI. Vale lembrar que os testes com parecer desfavorável ou em processo de avaliação podem ser usados apenas no contexto de pesquisa. A seguir, consta a relação e uma breve descrição dos testes gráficos encontrados nesta lista no mês de fevereiro/2014.

Desenho da Figura Humana - DFH-III: este sistema de interpretação do Desenho da Figura Humana foi desenvolvido no Brasil por Solange Wechsler, baseado nos sistemas de Harris, Koppitz e Naglieri (Wechsler, 1996/2003). É um teste específico para a avaliação cognitiva de crianças de 5 a 11 anos. A aplicação pode ser individual ou coletiva. Sua aplicação

envolve a elaboração de dois desenhos de figura humana. Ao examinando, entrega-se lápis, borracha e uma folha branca, na posição vertical. Solicita-se o desenho de uma pessoa e depois o desenho de uma pessoa do sexo oposto ao primeiro. O tempo de execução é livre. Na correção, são pontuados os itens desenhados pela criança, há indicadores de desenvolvimento cognitivo para cada uma das figuras, organizados em tabelas de correção por percentil e resultados padronizados, conforme o sexo da criança, idade e tipo de figura desenhada. Os itens avaliados estão organizados em tabelas de frequência por faixa etária, permitindo a classificação como esperados, comuns e incomuns (Wechsler, 1996/2003). Dentro dessa perspectiva, o desenho é considerado uma via de expressão dos aspectos desenvolvimentais, existindo um ciclo infantil esperado que pode ser identificado na produção gráfica da criança (Bandeira, Costa, & Arteché, 2008). Um estudo recente foi realizado para avaliar a validade convergente e concorrente do DFH-III e os resultados confirmaram que o DFH-III é uma medida válida para avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras (Bandeira, et al., 2008).

Desenho da Figura Humana - DFH – Escala Sisto: este instrumento é utilizado para verificar as capacidades intelectuais de crianças com idades entre 5 e 10 anos. Também é indicado para avaliar crianças com deficiências neurológicas, dificuldades auditivas e não-alfabetizadas em português. Para a aplicação, são necessários lápis, borracha e uma folha branca, na posição vertical. A instrução consiste em solicitar o desenho de uma pessoa. O tempo de execução é livre. O desempenho é avaliado a partir da soma da pontuação obtida nos 30 itens de correção, os quais foram elaborados com base nos critérios de Koppitz (Sisto, 2005). Um estudo mostrou que o DFH - Escala Sisto consegue diferenciar o desempenho de crianças de 8, 9 e 10 anos, por meio da validade simultânea com o Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, o que sugere que o DFH – Escala Sisto pode ser utilizado para classificar os níveis intelectuais das crianças nesta faixa etária (Rueda & Sisto, 2006).

H-T-P (Casa – Árvore - Pessoa): este teste foi criado por John Buck, em 1948, para avaliação dos aspectos emocionais e relacionais do indivíduo com o ambiente. Sua utilização é recomendada para populações clínicas, contanto que os indivíduos tenham idade superior a 8 anos. No H-T-P, solicita-se ao examinando a realização de três desenhos sequenciais, respectivamente, uma casa, uma árvore e uma pessoa, em folhas brancas e separadas, usando lápis e borracha. Após sua aplicação, é preciso realizar o inquérito para aprofundar e complementar a análise compreensiva. Esta etapa visa potencializar a projeção dos elementos de personalidade e conflitos do indivíduo, com o intuito de obter maiores subsídios para a interpretação dos desenhos (Buck, 2003). No levantamento, são avaliados elementos como posição do desenho na folha, proporção, perspectiva, detalhes e expressão do traçado. Estes dados fornecem indicativos sobre a estruturação e funcionamento do ego, a qualidade das relações interpessoais e com o meio, bem como os aspectos do self (Cunha, 2000). O estudo de Gomes, Silveira e Bandeira (2014) demonstrou que o H-T-P é um teste usado mundialmente, em diversos contextos e populações. Na realidade brasileira, o H-T-P é uma das técnicas mais empregadas por psicólogos jurídicos (Lago & Bandeira, 2008) e também o teste mais ensinado nos cursos de graduação em Psicologia (Freitas & Noronha, 2005). Isto pode estar relacionado com a facilidade de aplicação e o baixo custo que envolve este teste (Hutz & Bandeira, 2003).

Teste Gestáltico Viso-motor de Bender – Sistema de pontuação gradual (B-SPG): este teste foi construído em 1938 por Lauretta Bender, com base nos estudos de Wertheimer e na teoria da Gestalt. É composto de nove figuras que são apresentadas uma por vez, para serem copiadas à mão livre em uma folha em branco. O objetivo é avaliar a maturação percepto-motora e, frequentemente, é associado a medidas de inteligência. O uso é destinado para crianças de 6 a 10 anos, com tempo de aplicação estimado em 15 minutos para a execução de cada desenho pelo examinando. A aplicação pode ser individual ou coletiva. No Brasil,

alguns estudos apontaram que o sistema Koppitz não apresentava bons resultados em relação à discriminação dos dados por idade e na associação com outras medidas (Kroeff, 1988; 1992; Sisto, Noronha, & Santos, 2004; Sisto, Santos, & Noronha, 2006). Em função disso, Sisto, Noronha e Santos (2005) propuseram então este novo sistema de correção, o Sistema Pontuação Gradual (SPG). O Bender-SPG pontua somente a gravidade da distorção dos desenhos, diferente do sistema Koppitz que avalia a rotação, perseveração, distorção de forma e integração dos desenhos. Recentemente, Bartholomeu, Cecato, Montiel, Machado e Sisto (2012) realizaram uma pesquisa sobre as evidências de validade por grupos contrastantes dos testes DFH-Escala Sisto e o teste de Bender (B-SPG), na qual constataram que o B-SPG consegue estimar a capacidade intelectual infantil e diferenciar as crianças que obtiveram maiores pontuações no DFH-Escala Sisto das que tiveram pontuações menores.

Figuras Complexas de Rey: o teste Figuras Complexas de Rey foi criado por André Rey em 1942 e desenvolvido por Osterrieth em 1944, com adaptação brasileira realizada por Oliveira e Rigoni (1999). Tem por objetivo avaliar a memória visual, a habilidade visoespacial e funções de planejamento. O tempo de aplicação estimado é 25 minutos, requer o uso de lápis preto nº 2, lápis de cor, papel A4, ficha padronizada de anotação e cronômetro. Trata-se de um teste composto por duas figuras, A e B, caracterizadas pela ausência de significado evidente para o indivíduo, por sua realização gráfica fácil e uma estrutura complicada, que demanda percepção organizadora e analítica. A aplicação se dá em dois momentos: primeiro, solicita-se a cópia da figura apresentada com o maior número de detalhes possíveis; após três minutos, pede-se ao examinando que desenhe a mesma figura, sem a presença do estímulo, este deve reproduzir a figura a partir do que consegue se lembrar. Aplica-se somente uma das figuras, a figura A é indicada para indivíduos de 4 a 88 anos, enquanto, a figura B é destinada apenas para crianças entre 4 a 8 anos de idade. É avaliada a qualidade da cópia e da reprodução de memória, atribuindo-se pontos pela

presença dos elementos, deformação, ausência de partes da figura. É descrito como um teste neuropsicológico, muito utilizado na prática clínica (Oliveira, Rigoni, Andretta, & Moraes, 2004), de fácil execução gráfica, ausente de significado evidente (Oliveira & Rigoni, 1999), entre outras vantagens: o baixo custo, a facilidade de aplicação e avaliação bem como boa aceitação desta tarefa pelos examinandos (Pagliuso & Pasian, 2007).

Teste Palográfico: é considerado um teste expressivo gráfico de personalidade, criado por Salvador Escala Milá, com adaptação brasileira por Alves e Esteves (2004). O uso é indicado em adolescentes e adultos. A aplicação é coletiva ou individual. Para tanto, é preciso utilizar os seguintes materiais: lápis nº 2 bem apontado, cronômetro e folha de aplicação padronizada. O teste é dividido em duas partes, sendo a primeira fase de treino e adaptação do examinando à tarefa, com duração de cinco tempos de 30 segundos. A segunda corresponde ao teste propriamente dito, composto por cinco tempos de 1 minuto. A tarefa do examinando consiste em reproduzir os traços (palos) conforme o modelo presente na folha de aplicação padronizada. O traçado deve ser feito de cima para baixo, da esquerda para a direita, o mais depressa e o mais bem feito possível (Alves & Esteves, 2004). No Brasil, encontram-se estudos citando o uso do Palográfico nos contextos de organizacional e trânsito (Godoy & Noronha, 2005; Silva & Alchieri, 2010).

Teste de Torrance - Avaliação da Criatividade por Figuras: este teste tem por finalidade avaliar a criatividade assim como identificar características da personalidade criativa que podem favorecer a produção criativa individual ou grupal, expressas através da realização de desenhos a serem completados e seus títulos. Em 1966, Torrance desenvolveu um teste homônimo para avaliar a criatividade nas formas verbal e figural, o qual foi validado no Brasil por Wechsler (2002). O uso é indicado para pessoas com idades entre 14 a 45 anos. A aplicação é individual ou coletiva, com tempo de execução estimado em 50 minutos. O teste é composto por três atividades: a primeira apresenta uma forma curva como estímulo, a

segunda mostra rabiscos de diversos tipos para serem completados e a terceira apresenta uma série de linhas paralelas como sugestão inicial para desenhos. O instrumento avalia 18 características cognitivas e afetivas. Pode ser utilizado em seleção de pessoal, orientação vocacional e na avaliação de eficácia de programas de treinamento.

Teste de Criatividade Figural Infantil (TCFI): com base no Teste de Pensamento Figural de Torrance (Torrance, 1966, 1990), foi criado o Teste de Criatividade Figural Infantil, desenvolvido por Nakano, Wechsler e Primi (2011). É destinado para o uso com estudantes de 1ª série a 8ª série do ensino fundamental, com aplicação individual ou coletiva. Tem por finalidade a avaliação da criatividade figural, a qual pode ser verificada através da pontuação de 12 características criativas, o que possibilita uma avaliação global da criatividade. O teste consiste na realização de três atividades, a saber: elaboração de um desenho a partir de um estímulo pouco definido (fazer o desenho); completamento de um desenho conforme 10 estímulos incompletos (concluir um desenho); realização do maior número de desenhos a partir do mesmo estímulo repetido 30 vezes (fazer desenhos a partir de um semiquadrado). O instrumento possibilita ao indivíduo a elaboração de até 41 desenhos, no somatório das três atividades. A correção se dá a partir da pontuação dos desenhos, conforme quatro fatores: enriquecimento de ideias, emotividade, preparação criativa e aspectos cognitivos. Salienta-se que o desempenho é avaliado pelos aspectos de criatividade observados no desenho e não pela qualidade artística do mesmo (Nakano & Primi, 2012).

1.4 Justificativa e Objetivos

Percebe-se um desencontro entre os estudos em AP e a prática profissional quanto ao uso dos testes psicológicos e suas implicações em específico. Há instrumentos amplamente utilizados por psicólogos, os quais possuem pouco ou nenhum estudo recente. Por outro lado, sabe-se que os testes aprovados para o uso pelo CFP, atenderam aos requisitos

mínimos estabelecidos, de modo que esses possuem estudos válidos por 10 anos para padronização e 20 anos para validade e precisão. No entanto, questiona-se a falta de revisão de alguns testes, no período em que estão válidos, pois se observa a necessidade de novos estudos que possam subsidiar e qualificar este uso para outros contextos. É possível que essa seja uma demanda não aparente para os pesquisadores, talvez pelo distanciamento entre a ciência e o campo aplicado, ou pela falta de interesse dos profissionais, ou devido à busca incessante de novos conhecimentos, técnicas e testes, que dificultam a ampliação e revisão do que já está feito. Em ambas as condições, é fundamental o incentivo do CFP para esta revisão ocorra. Este tensionamento também se faz necessário junto às editoras de testes, as quais detêm os direitos autorais, para que invistam em novos estudos e assegurem assegurar a qualidade dos instrumentos.

Considerando a importância da AP, como área de atuação profissional e de uso restrito dos psicólogos, identifica-se a necessidade de pesquisas atuais relativas à prática em AP. A escolha do tema, testes gráficos, se deu por conta de sua vasta utilização na prática profissional (Reppold & Hutz, 2008), embora haja controvérsias quanto à validade desses testes (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006) aliadas a uma carência de pesquisas sobre esse tema (Arteche & Bandeira, 2006). Este estudo teve como propósito investigar o uso dos testes gráficos no exercício profissional. Embora estudos semelhantes já tenham sido realizados, observaram-se poucas produções científicas recentes nesta temática. Novos estudos são relevantes, tendo em vista que passados mais de 10 anos da resolução nº 02/2003 do CFP, ainda existe uma carência de estudos e instrumentos bem como muitos questionamentos. O objetivo deste estudo foi investigar a realidade atual do uso dos testes gráficos, por meio de uma pesquisa de levantamento com profissionais formados. Sendo assim, este trabalho buscou contribuir com dados atuais sobre o uso dos testes gráficos na prática de AP por psicólogos de várias regiões do Brasil.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Participaram da pesquisa 370 psicólogos, devidamente inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia. Foram incluídos os participantes que responderam, pelo menos, as questões sociodemográficas. Foi constatado que a média de idade dos participantes era 37,4 anos (DP=11,15), embora a faixa dos 21-30 anos tenha concentrado mais participantes (34,6%). Os profissionais eram provenientes de diversos estados do Brasil e os estados que tiveram maior representatividade na amostra foram: Rio Grande do Sul (n=88), São Paulo (n=50), Espírito Santo (n=44), Goiás (n=37) e Minas Gerais (n=27). O único estado que não teve participantes foi o Piauí. A tabela 1 apresenta as informações sobre a amostra total.

Tabela 1

Descrição dos dados demográficos da amostra por frequência e porcentagem (N=370)

		<i>f</i>	%
<i>Sexo</i>	Feminino	315	85,1
	Masculino	55	14,9
<i>Idade</i>	21-30	128	34,6
	31-40	113	30,5
	41-50	66	17,8
	51-60	50	13,5
	61-70	13	3,5
<i>Região</i>	Sudeste	132	35,7
	Sul	108	29,2
	Nordeste	61	16,5
	Centro-Oeste	58	15,7
	Norte	11	2,9
<i>Instituição de Graduação</i>	Privada	277	74,9
	Pública	93	25,1

	1970-1979	10	2,7
	1980-1989	47	12,7
<i>Ano da Graduação</i>	1990-1999	57	15,4
	2000-2009	140	37,8
	2010-2014	116	31,4

2.2 Delineamento e Procedimentos

Foi realizada uma pesquisa de levantamento com intuito de obter informações sobre as características, práticas e opiniões dos profissionais que atuam na área da avaliação psicológica, com ênfase no uso de testes gráficos. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário *online*, disponibilizado em uma plataforma comercial para *surveys* na internet e o *link* de endereço do questionário foi encaminhado por e-mail aos participantes. A construção dos itens do instrumento ficou sob responsabilidade da autora e de sua respectiva orientadora. O questionário passou por uma análise de juízes com dois psicólogos especialistas na área de AP, com sólida experiência em testes gráficos.

Nesse estudo, utilizou-se a amostragem por conveniência, a partir da rede de contato da pesquisadora, bem como da técnica de *snowball* (bola de neve) onde os participantes eram solicitados a indicar outros participantes. Foi realizada a divulgação da pesquisa em redes sociais, através de grupos específicos de psicólogos, e também foram contatados por e-mail os conselhos regionais de psicologia, instituições e entidades de classe dos psicólogos.

2.3 Instrumento

Questionário *online* – Foi construído um questionário composto por questões abertas e fechadas, distribuídas em três blocos. O primeiro abrangeu somente informações para a caracterização da amostra, no que tange à idade, sexo, ano de formação, pós-graduação, cursos direcionados à área de avaliação psicológica, tempo de experiência e atuação

profissional. O segundo bloco contemplou questões acerca do uso de testes gráficos na prática profissional, identificação dos testes e metodologias mais utilizadas, critérios de escolha de instrumento e contexto de utilização. E, por fim, o terceiro abordou questões de opinião sobre temas referentes à área de avaliação psicológica como formação e prática profissional.

2.4 Considerações Éticas

As questões éticas foram asseguradas, conforme Resolução nº 466/2012, do Ministério da Saúde (2012). Todos os procedimentos deste estudo atenderam as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, aprovado sob o parecer de nº 516.217. Os participantes deveriam ler as informações acerca da pesquisa e, após isto, estando de acordo com os propósitos e procedimentos do estudo, estes assinalariam o item de aceite. Aos mesmos, foi garantida a confidencialidade dos dados, destaca-se que somente a pesquisadora teve acesso às informações coletadas. Além disso, foi disponibilizado um campo para inserção do e-mail de contato para aqueles participantes que desejassem receber os resultados do estudo.

2.5 Análise de Dados

Foi utilizada a estatística descritiva para caracterização da amostra e levantamento de dados das questões fechadas. As questões abertas foram analisadas qualitativamente por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2009/1977).

3. RESULTADOS

Ao todo, esta pesquisa teve a participação de 370 psicólogos de vários estados do país, no período de março a novembro de 2014. É importante destacar que desse total, 68 participantes não preencheram o questionário até o final. Portanto, ao apresentar os resultados será relatado o *n* de cada questão devido a esta condição específica.

Em relação à formação profissional, 72,2% dos participantes informaram que possuem pós-graduação concluída na área da psicologia; 18,1% tinham uma pós-graduação em andamento e 9,7% não possuem e nem estão cursando uma pós-graduação. Sobre essa qualificação profissional, 334 participantes relataram os seguintes níveis de estudo (Tabela 2). Ressalta-se que os participantes podiam assinalar mais de uma condição referente a suas titulações.

Tabela 2

Distribuição dos participantes em níveis de titulação acadêmica em percentuais

	Especialização (<i>n</i> =277)	Mestrado (<i>n</i> =129)	Doutorado (<i>n</i> =64)	Pós-doutorado (<i>n</i> =11)
Em andamento	34,7% (<i>n</i> =96)	27,9% (<i>n</i> =36)	34,4% (<i>n</i> =22)	63,6% (<i>n</i> =7)
Concluído	71,5% (<i>n</i> =198)	74,4% (<i>n</i> =96)	65,6% (<i>n</i> =42)	36,4% (<i>n</i> =4)

Quanto a outras graduações, 13% dos participantes responderam que tinha outra graduação além da psicologia. Nessa questão, foram relatados cursos de nível de superior das mais variadas áreas como Direito, Letras, Administração, Pedagogia e entre outros.

De um total de 351 respondentes, 68,7% informaram que costumam participar de eventos, congressos e seminários de avaliação psicológica, pelo menos uma vez (62,7%) ou duas vezes ao ano (23,7%), assim como houve entrevistados que relataram 10 vezes (0,4%) e acima de 10 vezes ao ano (0,8%). Com relação a cursos de curta duração ou extensão em

temas de AP, de um total de 350 participantes, 70% respondeu que realizou algum curso ou atividade na área de AP nos últimos cinco anos. Entre os cursos mais citados estão: Rorschach, Zulliger, Escalas Weschler, Palográfico, HTP e Pirâmides Coloridas de Pfister.

Sobre os dados profissionais, 353 psicólogos responderam se estavam ou não trabalhando na época da pesquisa e os resultados indicaram que 85,2% atuavam na área; 2,3% trabalhavam em outra área; 8,5% conciliavam a psicologia com outro campo de atuação e 4% não estavam trabalhando naquele momento. Abordou-se também o tempo de experiência no campo da avaliação psicológica e a média de tempo encontrada foi 10,6 anos ($DP=9,13$). Cabe informar que os dados foram sistematizados por categorias de tempo, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3

Frequência e percentual de categorias de tempo de experiência em AP (n=333)

Experiência (anos)	F	%
Menos de 01 ano	26	7,8
01 a 05 anos	124	37,2
06 a 10 anos	76	22,8
11 a 20 anos	66	19,8
21 a 30 anos	28	8,4
31 a 40 anos	11	3,3
Mais de 41 anos	2	0,6

Com relação ao campo de utilização da AP, os respondentes podiam escolher mais de uma opção dentre as alternativas apresentadas no questionário. As alternativas foram elencadas segundo as áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia. Entretanto, foi disponibilizado um campo aberto para aqueles participantes que desejassem incluir outra área que não estivesse contemplada nas alternativas. Esta questão foi respondida por 345 psicólogos e 24 pessoas optaram por acrescentar outras áreas de uso de AP, tais como: avaliação para porte de arma, concurso público, suporte técnico/consultoria

sobre testes e orientação profissional. A partir as alternativas assinaladas, foi montado um gráfico em barras destas respostas (Figura 1).

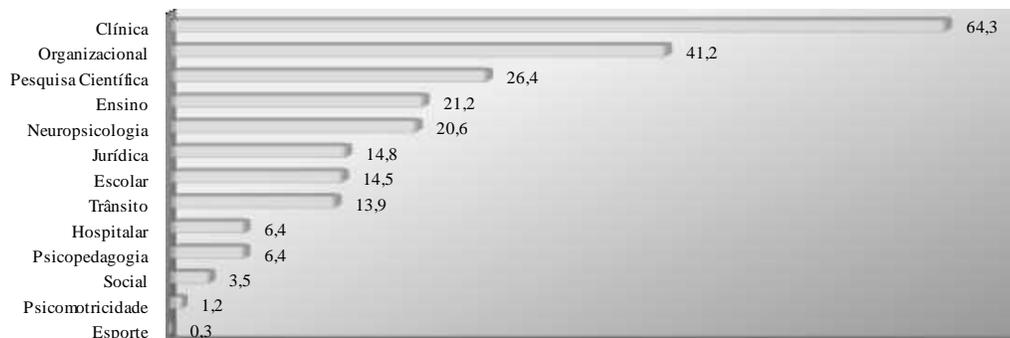


Figura 1. Áreas de atuação em AP em percentuais

Em relação à demanda profissional, na área da AP, foi questionado qual seria o público geralmente atendido, sendo que o participante poderia indicar mais de uma população. De um total de 347 respostas, os resultados revelaram que as avaliações são realizadas com mais frequência em adultos (57,6%) e adolescentes (38,4%), seguida pela AP em crianças (34,1%) e com menor utilização da AP em idosos (9,2%). Sendo que 17,2% dos respondentes atendem todas essas populações elencadas.

Para tanto, 73,2% destes profissionais costumam adotar um referencial teórico para a sua prática em AP, os demais referiram não usar. Foi disponibilizado um campo de resposta aberto para que o profissional pudesse especificar qual seria o seu referencial teórico. Alguns participantes optaram por elencar estudiosos de renome da área de AP como Anastasi e Urbina, Cunha, Hammer e Ocampo. Estes dados foram inseridos na categoria 'Autores'. Outros participantes afirmaram fundamentar a sua prática profissional a partir de cursos, manuais de testes e livros específicos da área de AP, o que propiciou a criação da categoria 'Cursos, Manuais e Livros' e as demais respostas foram categorizadas em 'Outros'. De modo geral, foram citadas diversas correntes teóricas da psicologia, mas também foram mencionados autores do campo da neuropsicologia e pedagogia. A categoria

'Multirreferencial' engloba respostas com mais de uma referência teórica, por exemplo: "psicanálise – métodos projetivo e cognitivo – inteligência". A categoria 'TCC' englobou as linhas teóricas cognitivo, behaviorista e cognitivo-comportamental. Na figura 2, foram listadas todas as categorias referentes ao embasamento teórico.

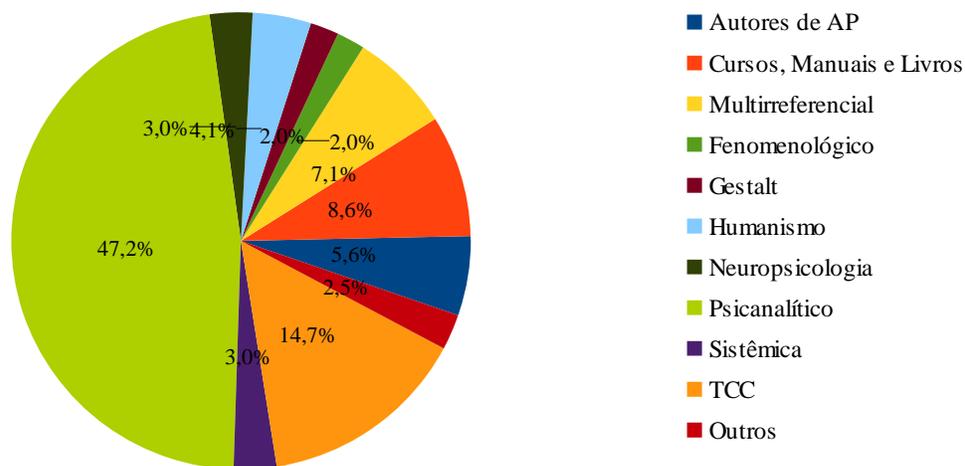


Figura 2. Referencial teórico utilizado em AP em percentuais

Ainda sobre perfil profissional dos participantes, a partir de 342 respostas, foi possível identificar que 40% deste total de psicólogos possui experiência como professor de disciplinas e/ou cursos de AP, com tempo médio de atuação na atividade de 9,9 anos ($DP=9,11$). Contudo, 56% destes participantes não possuem experiência em supervisão de alunos e/ou profissionais em AP. Dentre os 44% que possuem essa prática, encontraram-se respostas bem diversificadas desde 'menos de 1 ano' até '43 anos' de experiência. Embora a média de tempo de experiência em supervisão de AP tenha sido 9,6 anos, a resposta mais frequente foi '2 anos', citada por 17% dos participantes. Na tabela 4, consta a frequência e a porcentagem de tempo de experiência em supervisão de AP, dividido inicialmente por categorias como Menos de 1 ano, categorias de 5 em 5 anos e, posteriormente, por categorias de 10 em 10 anos.

Tabela 4

Frequência e porcentagem de tempo de experiência em supervisão de AP (n=153)

Tempo de experiência (anos)	<i>f</i>	%
Menos de 01 ano	09	5,9
02 a 05 anos	71	46,4
06 a 10 anos	27	17,6
11 a 20 anos	29	18,9
21 a 30 anos	13	8,5
31 a 40 anos	3	2,0
Acima de 41 anos	1	0,6

O segundo bloco de questões abordou itens específicos para cada teste gráfico. Salienta-se que foi apresentada uma lista com os testes gráficos considerados aptos para o uso, aprovados pelo CFP à época da coleta de dados. Entretanto, disponibilizou-se um espaço para que os profissionais pudessem elencar algum outro teste gráfico que julgassem importante mencionar. Foi constatado que os testes gráficos mais usados são o H-T-P (76,5%) e o Palográfico (63%). Na área de aplicação, o campo clínico foi o mais relacionado aos testes, apenas o Palográfico teve frequência maior na área organizacional. Quanto ao público-alvo, o uso dos testes concentrou-se na população infantil, embora no teste Palográfico tenha predominado a população adulta sobre as demais. Sobre o motivo da escolha do teste, o item 'contexto de aplicação' obteve alta frequência em seis testes e mesmo nos dois testes em que este não atingiu o percentual mais alto, igualmente ele obteve uma pontuação significativa. Para o Palográfico foi o item 'resultados' foi o motivo de escolha mais frequente (68,8%) enquanto para o Teste de Torrance – Avaliação da Criatividade por Figuras o item 'público-alvo' foi o mais frequente (66,7%) entre participantes que utilizam o teste (tabela 5).

Tabela 5.

Percentuais da utilização, área de aplicação, público-alvo e motivo da escolha de cada teste gráfico elencado no estudo

<u>Item/Resposta</u>		<u>Bender-SPG</u> (n=357)	<u>DFH-Sisto</u> (n=356)	<u>DFH-III</u> (n=354)	<u>F. C. Rey</u> (n=353)	<u>HTP</u> (n=353)	<u>Palográfico</u> (n=351)	<u>Torrance - Fig.</u> (n=351)	<u>TCFL</u> (n=351)
<u>Uso do teste</u>	Sim	33,0%	16,3%	25,4%	23,0%	76,5%	63,0%	2,3%	4,0%
	Não	67,0%	83,7%	74,5%	77,0%	23,5%	37,0%	97,7%	96,0%
<u>Área de aplicação</u>	Clínica	73,3%	67,7%	83,3%	71,1%	78,5%	36,6%	66,7%	64,3%
	Escolar	24,4%	27,4%	24,4%	19,2%	22,2%	7,2%	44,4%	28,6%
	Esporte	5,3%	0,0%	1,1%	0,0%	16,7%	0,9%	0,0%	0,0%
	Hospitalar	5,3%	6,4%	7,8%	6,0%	14,1%	2,3%	11,1%	7,1%
	Jurídica	5,3%	14,5%	11,1%	3,6%	10,0%	12,7%	0,0%	0,0%
	Neuropsicologia	30,5%	9,7%	18,9%	54,2%	8,1%	7,7%	0,0%	7,1%
	Organizacional	9,2%	6,5%	10,0%	4,8%	7,4%	71,1%	22,2%	0,0%
	Pesquisa científica	7,7%	9,7%	14,4%	4,8%	6,3%	4,1%	22,2%	14,3%
	Psicomotricidade	3,0%	1,6%	3,3%	3,6%	4,4%	1,4%	0,0%	0,0%
	Psicopedagogia	11,5%	6,4%	6,7%	15,6%	3,7%	1,8%	33,3%	7,1%
	Social	2,3%	0,0%	1,1%	3,6%	0,7%	4,1%	0,0%	0,0%
Trânsito	6,1%	3,2%	3,3%	3,6%	0,7%	20,4%	11,1%	7,1%	
<u>Público-alvo</u>	Crianças	79,8%	83,9%	76,1%	56,1%	57,8%	3,6%	44,4%	92,9%
	Adolescentes	20,9%	27,4%	25,0%	42,7%	48,1%	20,8%	44,4%	7,1%
	Adultos	20,9%	19,3%	20,4%	45,1%	57,8%	93,7%	22,2%	7,1%
	Idosos	6,0%	1,6%	2,3%	21,9%	5,6%	9,1%	0,0%	0,0%
	Todos	7,5%	4,8%	6,8%	14,6%	13,4%	4,5%	11,1%	0,0%
<u>Motivo de escolha do teste</u>	Contexto da aplicação	53,2%	67,8%	57,3%	68,3%	66,4%	65,1%	55,6%	71,40%
	Correção	10,4%	22,0%	19,1%	13,4%	14,0%	31,6%	22,2%	14,30%
	Experiência com o teste	41,1%	33,9%	46,1%	40,2%	62,3%	58,1%	22,2%	28,60%
	Público-alvo	44,3%	47,5%	48,3%	37,8%	44,1%	53,5%	66,7%	42,90%
	Resultados	50,8%	49,1%	53,9%	62,2%	60,4%	68,8%	44,4%	71,40%
	Tempo de aplicação	13,7%	23,7%	19,1%	12,2%	21,9%	44,6%	22,2%	7,10%

De um total de 327 participantes, 63,6% responderam que fazem uso de outros testes conjuntamente com os testes gráficos. Considerando as 173 respostas recebidas para ao subitem '*Em quais circunstâncias?*', observou-se que os profissionais tendem a utilizar outros instrumentos para complementar a testagem, investigar e corroborar os resultados entre os testes gráficos e psicométricos. Constatou-se uma ênfase no uso de testes gráficos com a finalidade de aprofundar as informações sobre a personalidade do examinando. Muitos participantes destacaram que este uso depende exclusivamente do contexto e demanda da avaliação psicológica. As palavras como respaldo, confiabilidade, fidedignidade, complementação e confirmação foram significativamente presentes nas falas dos participantes. Alguns participantes argumentaram que tendem a incluir o desenho livre no psicodiagnóstico clínico como uma técnica para auxiliar o *rapport* e o vínculo com o paciente.

Em virtude das inúmeras técnicas gráficas existentes, foi questionado se os participantes usavam outras técnicas gráficas em AP e os resultados indicaram que somente que 87 de 331 participantes utilizam estes recursos. Verificou-se que os profissionais inclusive empregavam mais de uma técnica gráfica em sua prática. O Desenho da Família e o Desenho Livre foram igualmente citados, cada qual correspondendo a 32,8% desta amostragem. Depois desses, foram citados o Desenho-estória (25,7%) e Grafologia (5,7%). Tendo em vista a diversidade de técnicas, foi criada uma categoria denominada 'Outros' na qual foram inseridas as demais respostas. Foram citados como técnica gráfica o jogo do rabisco, redação, desenho da planta da casa, atividades neuropsicológicas, psicomotoras e psicopedagógicas. Também houve respondentes que optaram por nomear testes psicológicos projetivos, como CAT-A, Rorschach, entre outros.

Aos participantes foi perguntado "*Você procura usar primeiramente os testes gráficos para iniciar uma bateria de testagem?*", com a finalidade de compreender os motivos e a forma

como profissionais utilizam os testes gráficos nas avaliações psicológicas. Ocorreu uma equilibrada distribuição das respostas, sendo 35% 'sim', 26,9% 'não' e 38,1% 'depende'. Os participantes deveriam justificar o porquê desta escolha. Foram obtidas 163 respostas, as quais foram agrupadas e estão descritas a seguir. Os participantes foram enumerados e elencados junto as seguintes informações: PF (Participante Feminino) e PM (Participante Masculino), além de idade e local de procedência. Estas informações foram acrescentadas para retratar de forma mais concreta e concisa os diversos profissionais que compuseram a presente amostra.

Respostas 'Sim':

Foi observada a existência de sete grupos de resposta, categorizados como: identificação do examinando com a proposta; facilidade e simplicidade da tarefa; *rapport*, quebra-gelo e menos ansiogênico; vínculo com o paciente; tempo de aplicação; particularidades dos testes gráficos e, por último, diversos.

A primeira categoria 'Identificação do examinando com a proposta' englobou respostas que refletiam ideias de identificação, aproximação e aceitação do examinando com a tarefa. Foram encontradas respostas como: “*Fácil aceitação*”, “*Familiaridade da tarefa pro examinando*”, “*facilitar a regressão, importante para a abordagem psicanalítica*” e “*lúdico*”.

Um participante enfatizou que o conhecimento e a ludicidade da tarefa favorecem a sua utilização como instrumento inicial da testagem psicológica, “*porque usando um teste gráfico primeiro o avaliando fica mais seguro por tratar-se de técnica conhecida de todos, riscar, desenhar, é lúdico, descontraí e desmistifica*” (PF1, 60 anos, PR). Uma resposta obtida a respeito disto foi “*acredito que é uma boa maneira de iniciar uma avaliação psicológica com uma criança, em geral elas gostam de desenhar*” (PF2, 47 anos, RJ). Outro participante destacou que

os testes gráficos “*são mais familiares aos pacientes, provocando menos resistência em um primeiro momento de avaliação do que um teste mais estruturado*” (PF3, 27 anos, RS).

Na 2ª categoria 'Facilidade/Simplicidade da tarefa' foram inseridas respostas com este conteúdo, a exemplo de respostas: “*Aplicação simples e fácil*” e “*Praticidade*”. Já a 3ª categoria 'Quebra-gelo, rapport e menos ansiogênico' englobou respostas com conteúdo sobre redução da ansiedade na avaliação, menor resistência e diminuição das defesas, tarefa mais descontraída, que auxiliaria no rapport e funcionaria como um 'quebra-gelo' para o início da testagem. Alguns exemplos de respostas recebidas:

- “*Orientações teóricas (Ocampo). Em uma bateria de testes, aplicar o gráfico pode tornar o processo menos ansiogênico para o participante. Apesar de aceitar a afirmação, desconheço dados de pesquisa que confirmem*” (PM4, 32 anos, BA).
- “*Por complementar um bom rapport familiarizando o paciente com algo que ele se sinta capaz de executar sem medo de avaliações, como por exemplo o HTP*” (PF5, 24 anos, RN).
- “*Penso que os testes gráficos são menos persecutórios e ajudam no aquecimento inicial antes de aplicar a bateria de testes propostos*” (PF6, 62 anos, RS).
- “*Facilita o rapport, por ser uma atividade comum do dia a dia das crianças em contexto escolar e ter vários afetos associados a tal atividade, facilmente acessíveis nesse processo*” (PM7, 25 anos, SP).
- “*Pela redução da característica de "avaliação", deixando os pacientes mais à vontade*” (PF8, 28 anos, RS).
- “*Porque eles possuem a capacidade de deixar a pessoa avaliada mais à vontade na realização, para que ela se sinta mais confortável no contexto avaliativo*” (PF9, 37 anos, SP).

Com relação a 4ª categoria 'Vínculo com o paciente' notou-se que alguns respondentes enfatizaram que o uso de testes gráficos no início da bateria de avaliação “*Facilita a interação e o vínculo*”, propicia a “*Aproximação com o cliente*” e “*Facilita a aliança de trabalho*”. Contudo, na 5ª categoria 'Tempo de aplicação' foram evidenciadas respostas variadas a respeito da noção de tempo. Houve participantes que destacaram que escolhiam os testes gráficos devido a estes serem instrumentos de “*rápida aplicação*”, “*evita que os avaliados fiquem cansados*” e pelo “*tempo marcado*” para aplicação, outros consideram que são testes que “*demandam mais tempo*”. Cabe destacar que a característica tempo é bastante diversificada entre os testes gráficos, pois há instrumentos com e sem tempo determinado para aplicação.

Na 6ª categoria 'Particularidades dos testes gráficos' encontraram-se respostas nas quais os participantes elencaram motivos/razões para utilizar testes gráficos em vez de outros testes, assim como foram abordadas as suas características e vantagens específicas em determinados contextos de avaliação. A seguir, alguns exemplos de respostas:

- “*Para evitar cansaço mental que alguns outros testes costumam causar pela complexidade e/ou pelo tempo prolongado que lhe são peculiares*” (PM10, 39 anos, MA).
- “*Acredito que por ser uma tarefa simples, as crianças fazem sem maior dificuldade. Só não início pelo HTP, se na entrevista identificar algo q pode ser ansiogênico, se mobilizado pelos desenhos ou se tenho outras opções, como o WISC, por exemplo*” (PF11, 39 anos, RS).
- “*São mais práticos na correção*” (PF12, 28 anos, GO)
- “*Pois penso que eles tranquilizam o paciente, pois em alguns, como o HTP, ele fica livre para fazer a atividade, sem tempo cronometrado ou instruções complexas*” (PF13, 27 anos, RS).
- “*Porque os testes conseguem mostrar questões que podem ser confrontadas com a entrevistas*” (PF14, 37 anos, RS).

- *“Exatidão das respostas, corroborando com demais ferramentas”* (PF15, 31 anos, RS).
- *“Porque os testes projetivos não fornecem apenas aspectos de projeção, mas praticamente de todos os mecanismos mentais, tanto expressivos como os de defesa, proporcionando rico material de análise sobre da pessoa. (ESTEVEES, C. USP, 2008)”* (PF16, 37 anos, RN).

Por fim, na 7ª categoria denominada 'Diversos' foram incluídas as respostas com conteúdo diferente das demais categorias. São estas:

- *“O indivíduo irá projetar a realidade que está vivendo”* (PF17, 25 anos, PA).
- *“Ser possível manter a atividade de fala e escuta durante a aplicação dos mesmos, o inquérito do HTP complementa as entrevistas iniciais”* (PM18, 51 anos, DF).
- *“Já dão uma noção sobre necessidade de outros encaminhamentos paralelos à avaliação, a exemplo de exames clínicos”* (PF 19, 34 anos, SP).
- *“Identifica traços/perfil psicológico do sujeito breve/racional”* (PF20, 61 anos, PE).
- *“Pelo embasamento teórico e técnico que tenho na minha formação. (...) e, inclusive, levantar hipóteses diagnósticas”* (PF21, 32 anos, RS).

Respostas 'Depende':

Foram criadas as categorias 'demanda, motivo e hipótese da AP', 'contexto da AP' e 'diversos'. O número de exemplos apresentados variou de categoria para categoria, pois foram selecionadas respostas que melhor traduzem a diversidade de possibilidades e complexidades envolvidas na questão.

A 1ª Categoria foi nomeada de 'Demanda, motivo e hipótese da AP' devido ao conteúdo abordado pelos participantes que demonstra a importância destes itens para a escolha ou não de um teste gráfico para iniciar uma testagem psicológica. As respostas evidenciam que há uma

análise prévia da demanda e/ou motivo e/ou hipótese para determinar será realizada a inclusão de um teste gráfico e qual o melhor momento para aplicação dentro da bateria de testagem. Abaixo estão alguns exemplos disto:

- *“varia de acordo com o contexto, dimensões e público a ser avaliado, em geral com crianças início com testes gráficos, com adultos não”* (PM22, 36 anos, MG).
- *“Não necessariamente, geralmente por último, mas depende do número de candidatos atendidos”* (PM23, 34 anos, SP).
- *“Pois depende do fluxo de candidatos na clínica onde trabalho e a necessidade de candidatos a reexame terem de fazer algum teste”* (PM24, 29 anos, MG).
- *“Na organizacional depende da aplicação ser individual ou coletiva e do público que está sendo submetido”* (PF25, 54 anos, MG).
- *“Faixa etária e queixa escolar”* (PF26, 44 anos, DF).
- *“Depende dos dados das entrevistas e observações”* (PM27, 48 anos, SP).
- *“Depende do contato com o paciente. Alguns são mais objetivos, querem logo ser avaliados, outros ainda estão um pouco receosos, então faço o HTP para começar de uma forma mais lúdica”* (PF28, 26 anos, SP).
- *“Depende das primeiras hipóteses em relação ao funcionamento do sujeito da avaliação e dos fenômenos psicológicos a serem avaliados”* (PF29, 54 anos, PR).
- *“Da ordem que a organizadora do concurso propõe e também do objetivo da avaliação”* (PF30, 37 anos, PR).
- *“Depende da queixa apresentada, da motivação do paciente, não tenho ordem a seguir. Monto uma estratégia para cada caso individualmente”* (PF31, 42 anos, RS).

- *“Depende de como foi repassado o histórico da parte emocional na anamnese, já que costumo fazer avaliações neuropsicológicas e o emocional pode interferir no desempenho dos testes cognitivos”* (PF32, 35 anos, GO).

Na 2ª Categoria 'Contexto da AP' observa-se uma tendência referente ao uso do teste gráfico de acordo com a necessidade da avaliação e, portanto, a utilização estaria a atrelada a uma finalidade específica, como exemplificado abaixo:

- *“Usualmente sim, como estratégia lúdica, mas isto pode ser alterado se a técnica for implicar em um maior tempo de uso ou caso a tarefa represente uma dificuldade/desconforto para o examinando”* (PF37, 30 anos, GO).

- *“Normalmente uso antes da aplicação de um teste projetivo, mas depende do caso e do sujeito, esta ordem pode ser alterada”* (PF38, 32 anos, PR).

- *“Normalmente sim, a fim de auxiliar o planejamento de demais instrumentos, porém depende do contexto”* (PF39, 37 anos, RS).

- *“Do contexto, quando em concurso prefiro utilizar no final da bateria”* (PF40, 48 anos, BA).

Na 3ª categoria 'Diversos' foram inseridas respostas que não pertenciam as demais categorias. A seguir são elencadas as respostas que compõe este grupo.

- *“Preferência por iniciar com Hora de Jogo”* (PF41, 32 anos, RJ).

- *“Quando incluídos testes de atenção, prefiro começar por estes, pois considero que exigem mais do foco do indivíduo”* (PF42, 23 anos, ES).

- *“Geralmente utilizo os testes de aptidão, inteligência antes dos gráficos”* (PF44, 47 anos, ES).

- *“Geralmente com crianças inicio com os testes gráficos. Na avaliação com crianças que é o público predominante na minha prática, alguns casos inicio com hora do jogo e outras técnicas para vinculação, quando há resistência ou limitação na questão gráfica”* (PF45, 27 anos, RS).

- *“Dependendo do teste gráfico. Se ele for de aplicação rápida e mais divertida para o cliente, ele pode ser primeiro. Mas se for um teste longo e cansativo, ele ficará por último”* (PF46, 25 anos, GO).
- *“começo com técnicas menos ansiogênicas como o BFP e HTP. Quando a pessoa tem dificuldades de leitura e compreensão, começo com o HTP”* (PM47, 54 anos, MG).
- *“Avalio o grau de dificuldade do candidato”* (PF48, 47 anos, MG).
- *“Às vezes são utilizadas escalas, antes dos testes gráficos”* (PF49, 28 anos, GO).

Respostas 'Não':

Nas justificativas para a resposta 'Não' foram evidenciados quatro motivos comuns entre os respondentes, e a partir destes, foram constituídas quatro categorias de respostas, a saber: *Preferência por testes cognitivos, Preferência por testes psicométricos/técnicas estruturadas, Entrevista inicial e Diversos.*

Nas respostas 'Preferência por testes cognitivos/técnicas estruturadas', os participantes citaram exclusivamente testes cognitivos como sua primeira opção para iniciar uma testagem psicológica – testes de inteligência, atenção, memória e raciocínio lógico. Um dos participantes complementou a resposta com *“Prefiro iniciar com testes de inteligência, uma vez que os candidatos estão menos cansados”* (PF50, 46 anos, MG) e outro mencionou que *“prefiro aplicar primeiro os de atenção ou raciocínio (AC e G-36)”* (PF51, 33 anos, MS). Já na categoria 'Preferência por testes psicométricos' foram obtidas respostas como: *“Utilizo questionários em primeiro lugar, com adultos”* (PF52, 57 anos, RS) e *“Prefiro iniciar com alguma entrevista estruturada (qdo existe), ou uso alguma escala ou inventário, eventualmente com crianças inicio com o HTP”* (PF53, 39 anos, GO).

O agrupamento de respostas 'Entrevista inicial' foi composto por participantes que argumentaram que têm como preferência iniciar a avaliação pela entrevista inicial. Um dos

respondentes informou que *“primeiro a entrevista de anamnese com crianças e adolescentes, além da hora de jogo, que também fazem parte da avaliação”* (PF54, 54 anos, RS). Outro respondente relatou *“Não, em geral, depois da entrevista, utilizo técnicas de desenho livre, para vinculação (com crianças) e com adultos, escalas psicométricas, por considerá-las mais diretivas e com menor possibilidade de mobilizar conteúdos delicados e que possam gerar desconforto no paciente antes de se consolidar o vínculo”* (PF55, 41 anos, RS).

O último grupo foi denominado de 'Diversos' em virtude da variedade de respostas encontradas e diferentes dos demais grupos. Um participante respondeu *“Porque considero mais adequado iniciar o processo com instrumentos mais simples”* (PM56, 50 anos, DF), mas não nomeou quais seriam estes. Outro apenas escreveu *“Costumo iniciar com os testes quanti, na tentativa de familiarização do cliente com o diagnóstico”* (PM57, 41 anos, CE), sem especificar que um teste, e outro justificou que não usava teste gráfico para iniciar a testagem *“por orientações das resoluções”* (PF58, 39 anos, AP).

Também foi perguntado com que frequência o participante optava por usar testes gráficos numa bateria de testes. Houve clara predominância da resposta 'frequentemente' (58,6%) entre os 324 respondentes, seguida de 'sempre' (22,8%), 'raramente' (15,1%) e 'nunca' (3,4%).

Considerando que existem testes gráficos que avaliam capacidades cognitivas, julgou-se importante saber mais sobre esta aplicação em AP. Sendo assim, 305 participantes informaram se utilizavam ou não este instrumental para verificar os aspectos cognitivos. Os resultados mostraram 59% costumam usar os testes gráficos para esta finalidade. E os psicólogos que relataram este uso, contaram que o fazem frequentemente em AP (48%).

Aos participantes foi solicitado que classificassem os itens conforme o grau de importância de determinadas características dos testes gráficos para a escolha destes em detrimento de outros testes psicológicos. Foram propostos oito itens para que os participantes

analisassem conforme a seguinte descrição, a saber: forma de aplicação (individual e coletiva); dados normativos (população-alvo do teste); material a ser utilizado (simples e baixo custo); tempo de aplicação (tempo de execução); compreensão (familiaridade com tarefa); correção (sistemática de correção); resultados (dados obtidos e interpretação); confiabilidade (quanto você confia nos resultados). Destaca-se que nenhum participante considerou o item 'confiança' como nada importante, obtendo uma frequência nula na questão (tabela 6).

Tabela 6

Porcentagem de respostas sobre o nível de importância de determinadas características dos testes gráficos (n=307)

	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Forma de aplicação	3,3%	15,2%	52,8%	28,7%
Dados normativos	1,3%	8,2%	46,5%	43,9%
Material a ser usado	3,3%	13,5%	46,7%	36,5%
Tempo de aplicação	3,0%	17,8%	51,6%	27,6%
Compreensão	1,0%	3,3%	39,3%	56,4%
Correção	1,3%	9,6%	46,5%	42,6%
Resultados	0,3%	1,3%	29,6%	68,7%
Confiança	0,0%	3,9%	30,8%	65,2%

Foi perguntado aos participantes se estes conheciam os estudos apresentados nos manuais dos instrumentos gráficos utilizados. Esta questão teve 307 participantes. Foi possível identificar que 20,1% responderam que 'sim, conheço todos', 57,6% 'sim, conheço alguns', enquanto 21,5% afirmaram que não conheciam os estudos. Aos que responderam que tinham conhecimento dos estudos, solicitou-se que estes mencionassem quais seriam estes estudos. Nesta parte, obteve-se 74 respostas. Houve participantes que citaram pesquisadores da área de testes gráficos, estudos

atuais e os manuais dos instrumentos, os mais citados foram: HTP, Palográfico, DFH-III e Bender (B-SPG). Alguns participantes afirmaram que leem todos os estudos que constam nos manuais e que procuram manter-se atualizados quanto a novas pesquisas. Estudos sobre os testes CAT-A, Pirâmides coloridas de Pfister, entre outros também foram mencionados. Destes 307 participantes, 48,2% informaram que algumas vezes acompanham os novos estudos publicados sobre os testes gráficos, 38,4% geralmente o fazem e 13,4% assumiram que não acompanham as novas pesquisas.

A questão *“Você identifica limitações dos instrumentos gráficos em sua prática?”* foi respondida por 305 psicólogos e os resultados indicaram que 66,2% percebem limitações nos testes gráficos. Foi solicitado que os participantes descrevessem quais seriam estas limitações num campo dissertativo que foi ofertado no questionário. Ao todo foram 164 respostas obtidas, abaixo estão descritas algumas dessas respostas.

Os participantes identificaram como limitações dos testes gráficos a subjetividade na correção e interpretação dos resultados, críticas aos manuais e os poucos estudos de validade sobre os instrumentos. Alguns exemplos de respostas:

- *“Todos os instrumentos têm limitações. No caso das técnicas gráficas, produções pobres devido a defesas ou nível intelectual rebaixado são pouco reveladoras, particularmente no HTP”* (PF59, 63 anos, SP).
- *“Dificuldades de normatização na análise e consistência nos resultados”* (PF60, 38 anos, GO).
- *“Muitas vezes alguns manuais não tem as tabelas de acordo com a região o que dificulta a fidedignidade dos resultados”* (PF61, 29 anos, ES).
- *“Correção do DFH III e HTP deveriam ser mais precisas, talvez se jogássemos os dados e tivéssemos correção informatizada, assim como o wisc IV, TIG e outros”* (PF62, 53 anos, SP).

Outros respondentes preferiram direcionar seu comentário a determinados testes gráficos. Neste caso, a participante escreveu: *“penso que o Bender, por exemplo, era muito útil enquanto tinha sua validação de aspectos emocionais e para adultos, penso ter sido uma perda a falta de validação deste para aspectos qualitativos e para adultos, muito se perdeu. O HTP, tem um manual muito restrito em termos de fundamentação teórica para compreender os significados dos desenhos, então recorro a manuais mais antigos e ao estudo de simbologia universal, para aprimorar essa compreensão”* (PF55, 41 anos, RS).

A respeito da formação acadêmica, no que tange aos conhecimentos sobre os testes gráficos, foi questionado o quanto esse conhecimento adquirido ao longo da graduação atenderia às necessidades dos profissionais que atuam em AP. A partir das 303 respostas obtidas, foi constatado que 50% consideram que o conhecimento atende parcialmente, enquanto 38% acreditam que não suprimiu a sua necessidade. Apenas 11% responderam que sim.

Do total de 303 respondentes, 51,1% considerou satisfatória a sua formação para atuar no campo da AP, além disso, 13,5% informou que estava muito satisfeito com a mesma. Em contrapartida, 25,4% avaliou como pouca satisfatória e 5,3% como insatisfatória a formação recebida. Para estes (30,7%) que apresentaram uma avaliação não positiva de sua formação, foi ofertado um espaço dissertativo para que estes pudessem expressar sua opinião a este respeito e quanto ao que deveria ser aprimorado na formação acadêmica. Foram obtidas 126 respostas, um número superior ao total de avaliações não satisfatórias, ou seja, mesmo tendo avaliado como muito satisfatória a sua formação, alguns participantes optaram por expressar uma opinião geral sobre o tema. A seguir, são apresentados os argumentos por alternativa escolhida, salienta-se que as respostas foram selecionadas conforme relevância e/ou recorrência do conteúdo.

Resposta 'Muito satisfatória' e exemplos de justificativas para este posicionamento:

- *“A graduação nos dá uma noção. É necessário fazer cursos e supervisão nos primeiros casos para que se possa aplicar com segurança e estar capacitado para tal”* (PF63, 56 anos, RS).

- *“O problema é que as faculdades particulares se interessam por manter alunos pagando a mensalidade. Aprendizagem não pode ser exigida porque se o professor avalia com rigor reprova muito e é demitido. Falta também melhor formação docente. Falta a Psicologia considerar a sério o problema da (in)validade de técnicas usadas há anos e que deveriam ser definitivamente abandonadas (HTP, DFH). Os psicólogos, mal formados, as usam porque são baratas e aparentemente válidas (interpretação simbólica, fácil de ser acreditada, mas que não passa pelo rigor das pesquisas). O que precisa ser aprimorado? Tudo”* (PM 64, 46 anos, SP).

- *“Toda a minha formação em avaliação foi buscada após o término da Graduação. Necessita na Graduação um maior respeito dos demais professores com essa área. Geralmente os alunos já chegam com um valor de descrédito para os instrumentos de avaliação de forma geral”* (PF65, 46 anos, RN).

Resposta 'Satisfatória' e exemplos de justificativas para este posicionamento:

- *“A formação atual da maioria dos cursos de Psicologia não aprofundam muito nos testes psicológicos, não possibilitam estágios na área, os professores nem sempre tem boa didática e desmotivam os alunos”* (PM47, 54 anos, MG).

- *“Acesso a testes mais atuais e maior variedade. Na minha época tivemos acesso a pouquíssimos testes, e muitos já ultrapassados”* (PF2, 47 anos, RJ).

- *“Acredito que precisa ter um ensino acadêmico mais voltado para o processo da avaliação e não apenas voltado para a aplicação dos testes”* (PF66, 35 anos, RS).

- *“Aprendizagem sobre maior número de testes e maior tempo de aula para aprofundamento sobre alguns instrumentos”* (PF67, 28 anos, RS).

- *“Atividades que promovessem a contextualização dos instrumentos no processo diagnóstico e não que fixassem apenas a técnica pela técnica (modelo menos tecnicista) ” (PF68, 54 anos, SP).*

- *“Embora tenha avaliado como satisfatória, acho que muitos cursos de formação continuam limitados a ensinar as regras de aplicação e de correção e interpretação a partir das normas. É preciso ampliar a formação para além de avaliações descritivas e estritas, dependentes dos índices e escores dos testes. É preciso investimento em mais leituras, conhecimento do referencial teórico dos testes e aprendizado de interpretação mais ampla, reflexiva e contextualizada” (PF69, 29 anos, BA).*

- *“(…) A formação do professor quase sempre é clínica e ele tem pouca experiência com a avaliação psi. Especialmente quando se trata da disciplina referente à Psicometria (ou avaliação métodos e medidas). A ênfase no tópico ética no processo de avaliação psicológica e nas resoluções do CFP deveria ser maior, pq mesmo que o aluno não tenha uma formação satisfatória em avaliação, ele irá atrás dessa formação após ter tido uma boa base de psicometria, ética na avaliação e resoluções” (PF53, 39 anos, GO).*

- *“Os conhecimentos passados na faculdade são muito superficiais e não abarca o contexto que enfrentamos no ambiente profissional” (PF61, 29 anos, ES).*

- *“ Os instrumentos são muito diversos e a universidade não dá maior embasamento, nem fomenta uma maior instrumentalização. Deveria existir mais cursos, especializações e oportunidades de aprimoramento, cabendo a Universidade estimular a crítica (construtiva) sobre o emprego da avaliação, critérios, ética no manuseio das informações e na emissão de relatórios / laudos (PF70, 47 anos, RS).*

Resposta 'Pouco satisfatória' e exemplos de justificativas para este posicionamento:

- *A formação acadêmica é muito limitada e se faz necessário buscar outras fontes de conhecimento, e principalmente no Brasil, apesar de quantidade imensa de testes, muitos deles*

não nos dá o resultado esperado, portanto, procuro me informar e acrescentar mais conhecimento através de cursos de curta duração pra aprimoramento das capacidades e chegar à um resultado satisfatório, principalmente na área de neuropsicologia” (PF71, 52 anos, SP).

- *“Alguns testes deveriam estar como disciplina na grade curricular”* (PF72, 43 anos, CE).

- *“As disciplinas referentes ao tema de Avaliação Psicológica deveriam ser ensinadas com mais abrangência, mais detalhes”* (PM73, 24 anos, MG).

- *“As faculdades não disponibilizam muitas disciplinas de testes e os professores muitas vezes não têm experiência com o instrumento”* (PF74, 35 anos, GO).

- *“Aulas de testes mais atuais voltados para área organizacional”* (PF75, 30 anos, RS).

- *“Mais tempo para a disciplina de avaliação psicológica; Mais preparo e qualificação por parte dos professores para ensinar a disciplina”* (PM76, 48 anos, PB).

- *“Na faculdade vi poucos testes e de forma superficial. No caso dos testes gráficos somente o HTP e palográfico que foram explicados apenas quanto a sua aplicação e correção, sem haver uma análise dos dados obtidos com a demanda apresentada”* (PF51, 33 anos, MS).

- *“Penso que deveríamos ter foco não só na apresentação dos testes, mas de analisar o conjunto, de interpretar”* (PF77, 34 anos, ES).

- *“Poderia ter uma ênfase nessa área para aqueles alunos que desejassem atuar com avaliação psicológica”* (PF78, 35 anos, RS).

- *“Quase tudo! Por exemplo, na disciplina TEP II (graduação), "aprendi" Rorschach em quatro aulas! HTP, e TAT nesta mesma quantidade!”* (PM79, 50 anos, DF).

- *“Senti falta de simulações mais próximas da realidade profissional. ou seja, foram pouco próximas da real rotina do cotidiano profissional”* (PM80, 39 anos, MA).

- *“Ter cadeiras mais no final da faculdade ou em conjunto com os estágios, onde se pudesse aplicar de melhor forma”* (PF81, 25 anos, RS).

Resposta 'Insatisfatória' e alguns exemplos de justificativas obtidas:

- *“A prática deveria ter sido aliada a teoria”* (PF82, 29 anos, DF).
- *“Aumentar a carga horária da disciplina e utilizar mais testes durante os estágios e pesquisas psicológicas”* (PF83, 38 anos, BA).
- *“Durante a formação acadêmica deveria ter mais prática do que teoria na área de avaliação psicológica”* (PF84, 55 anos, PB).
- *“Falta a inclusão de psicometria (dada de forma mais aplicada), de disciplinas sobre entrevista, testagem, dinâmicas e sobre a integração dessas formas de coletas de dados e montagem de documentos técnicos embasados nesses dados”* (PF85, 33 anos, MG).
- *“Mais credibilidade dos docentes em relação aos testes psicológicos”* (PF58, 39 anos, AP).
- *“Mesmo tendo na grade curricular cinco disciplinas de técnicas de exames psicológicos, acho que foram lecionadas por professores com pouquíssimo conhecimento em avaliação e testagem psicológica”* (PF87, 26 anos, SP).
- *“Não saí capacitado da graduação. Fiz a formação após a conclusão do curso. Há uma necessidade dos testes serem vistos de forma contextualizada”* (PM88, 35 anos, PB).
- *“Professores com domínio no assunto, fato que não ocorreu durante minha graduação”* (PF89, 39 anos, ES).
- *“Testes mais atuais, e mesmo que não apresentem todos os testes dentro de sala de aula, porque também não tem como por serem muitos, mostrar o máximo de testes e principalmente os mais utilizados”* (PF90, 33 anos, ES).

No que tange aos conhecimentos em AP, foi solicitado aos participantes que estes avaliassem o grau de importância de uma lista de conteúdos relacionados à prática de AP. Na tabela 7 são apresentados os resultados por conteúdo e nível de importância, com destaque em negrito para as respostas mais frequentes em cada categoria.

Tabela 7

Porcentagem de respostas sobre o nível de importância de conhecimentos em AP (n=302)

	<i>Nada importante</i>	<i>Pouco importante</i>	<i>Importante</i>	<i>Muito importante</i>
Construção e validação de instrumentos	0,7 %	14,9%	47,0%	37,4%
Elaboração de documentos	0,0%	4,6%	29,1%	62,2%
Ética profissional	0,0%	0,0%	46,7%	89,1%
Instrumentos de avaliação	0,0%	1,3%	32,8%	65,9%
Psicofarmacologia	2,0%	30,1%	54,6%	13,3%
Psicologia clínica	0,3%	10,3%	48,3%	41,1%
Psicologia do desenvolvimento	0,0%	6,3%	43,7%	50,0%
Psicopatologia	0,0%	2,3%	41,4%	56,3%
Resoluções do CFP	0,3%	5,3%	41,7%	51,7%
Saúde Mental	0,3%	3,6%	54,6%	41,4%
Sist. de Classif. de T. Mentais (DSM, CID-10)	1,0%	15,6%	54,3%	29,1%
Teorias da personalidade	0,7%	10,6%	47,4%	41,4%

Alguns participantes incluíram o conhecimento prático como um saber fundamental para os profissionais que desejassem trabalhar com AP. Também se abordou a forma como participante aperfeiçoava seus conhecimentos em AP, a partir das alternativas apresentadas (figura 3).



Figura 3 – Formas de aprimorar os conhecimentos em avaliação psicológica

As três últimas questões foram respondidas por 302 psicólogos. A primeira foi “*Você conhece a Resolução nº 002/2003, que trata do uso, elaboração e comercialização dos testes psicológicos, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre testes psicológicos?*”. As respostas mostraram que a maioria dos profissionais conhece a resolução (76,2%), enquanto alguns conhecem um pouco (18,54%) e outros declararam desconhecer a mesma (5,3%).

A questão “*A área de avaliação psicológica, em que você atua, possui resolução específica no CFP?*” evidenciou que 65,6% dos participantes atuam em áreas da psicologia que já possuem regulamentação, enquanto 34,4% informaram que a sua área de atuação não possui resolução específica. Para obter maiores dados sobre isto, foi criada uma pergunta adicional a este item para que o participante pudesse citar qual resolução e a sua opinião sobre a mesma. Foram obtidas 90 respostas. As resoluções mais citadas foram:

- Resolução nº 007/2003, institui o manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002.
- Resolução nº 018/2008, dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.
- Resolução nº 007/2009, revoga a Resolução CFP nº 012/2000, publicada no DOU do dia 22 de dezembro de 2000, Seção I, e institui normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do Trânsito.
- Resolução nº 008/2010, dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário.
- Resolução nº 012/2011, regulamenta a atuação do psicólogo no âmbito do sistema prisional.
- Resolução nº 005/2012, altera a Resolução CFP nº 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos.

Entre as respostas, observa-se que alguns participantes demonstraram certa insatisfação com a resolução 007/2003, a exemplo disto, foi comentado que a mesma “*apresenta uma visão equivocada quanto ao que sejam técnicas projetivas. A resolução é autoritária, retrógrada e enviesada*” (PF59, 63 anos, SP).

“(...) *minha crítica à Resolução 007/2003, sobre normas de redação de documentos, que atualmente, não contempla todas as demandas para elaboração de documentos nas mais diversas áreas, como é o caso do laudo pericial, quando ensino sobre isso, utilizo essa resolução, mas ficam dúvidas de como adaptar os laudos para atender às necessidades da resolução sobre perícias. Ensino conforme um modelo próprio para atender a elaboração de laudo pericial, obedecendo à resolução sobre elaboração de documentos* (PF55, 41 anos, RS)”. Já outros participantes consideraram apropriada a resolução nº 007/2003 “*acho muito importante para aumentar a credibilidade dos testes, pois há uma maior fiscalização sobre os instrumentos de mensuração*” (PF92, 45 anos, ES).

Por fim, os participantes deveriam informar se costumavam ou não buscar informações no site do SATEPSI. Os resultados indicaram que 66,6% dos respondentes costuma usar a página, 21,8% às vezes a utiliza para buscas e apenas 11,6% declarou que não faz uso do site.

No encerramento do questionário foi inserido um espaço para comentários e sugestões para aqueles participantes que quisessem emitir opiniões acerca da temática do estudo. Obteve-se um total de 82 respostas. O conteúdo encontrado revelou recorrentes descontentamentos com a área de AP referentes a escassez de estudos atualizados sobre os testes gráficos, questionamentos sobre a formação acadêmica, no que tange a área de AP, por conta da pouca carga horária destinada ao ensino da avaliação psicológica. Outros apontaram uma defasagem entre o ensino e as demandas do mercado profissional e também as dificuldades encontradas pelos profissionais para se qualificarem, devido à ausência ou pouca oferta de cursos em AP na sua cidade.

4. DISCUSSÃO

A psicologia brasileira tem realizado importantes avanços nas últimas décadas, cada vez mais focada no seu desenvolvimento enquanto ciência crítica e propositiva, atenta às demandas contemporâneas e, principalmente, às especificidades do cenário nacional. Neste sentido, a área de avaliação psicológica não se exime deste papel, pelo contrário, insere-se nos mais diversos contextos de atuação do psicólogo, com respeitáveis contribuições e tensionamentos, que visam a articulação entre os saberes, a reflexão e a transformação das práticas na atualidade. Estudos recentes comprovam o crescimento da produção científica em AP nos últimos anos, com destacada predominância de estudos empíricos sobre estudos teóricos (Barroso, 2010; Chiodi e Weschler, 2008; Joly, Berberian, Andrade e Teixeira, 2010; Primi, 2010; Suehiro & Rueda, 2009). Nota-se também que temas relacionados à formação profissional, bem como a contextos de AP e instrumentos mais usados costumam ser objeto de estudo de tempos em tempos (Alves, Alchieri, & Marques, 2002; Baumgartl, Pagano, & Lacerda, 2010; Mendes, Nakano, Silva, & Sampaio, 2013; Noronha, 2002; Noronha, Barros, Nunes, & Santos, 2014; Freitas & Noronha, 2005; Oliveira, Noronha, & Dantas, 2006; Paula, Pereira, & Nascimento, 2007).

Ao encontro do disposto acima, este estudo analisou uma amostra de abrangência nacional de psicólogos com experiência em AP e com os instrumentos gráficos. Os resultados revelaram um perfil predominante na população estudada, caracterizado por participantes do sexo feminino, provenientes de graduações em instituições privadas, com pós-graduação completa na área da psicologia, em sua maioria especialistas, que costumam participar de eventos, congressos e cursos em AP, com cerca de 1 a 5 anos de experiência em AP e atuação profissional nas áreas clínica e/ou organizacional. Esses achados corroboram os dados descritos em outros estudos (Baumgartl, Pagano, & Lacerda, 2010; Hazboun & Alchieri, 2014; Lago & Bandeira, 2008;

Lhullier, 2013; Padilha, Noronha & Fagan, 2007; Lopes, 2014). Todavia, é interessante o alto índice encontrado de profissionais pós-graduados (72,2%), o que pode estar relacionado ao desenvolvimento alcançado pela área de AP nas últimas duas décadas, por meio da criação e expansão de laboratórios e linhas de pesquisa em AP, assim como o surgimento de entidades científicas como a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRO) e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), e também o aumento da oferta de cursos de capacitação, especializações e inclusive o surgimento de um programa de pós-graduação com a área de concentração em AP (Chiodi & Wechsler, 2008; Hutz & Bandeira, 2003; Primi, 2010).

A respeito da população atendida em AP pelos participantes, foi possível constatar que o público-alvo mais avaliado é o adulto, seguido do adolescente, criança e, por último, idoso. Resultados semelhantes foram encontrados numa pesquisa realizada com psicólogos do Nordeste, à exceção do percentual do público infantil que foi maior que o adolescente (Lopes, 2014). Acredita-se que a distribuição ocorrida neste estudo possa ser atribuída as características desta amostra, que contou com a expressiva participação de psicólogos da área organizacional (41,2%), campo este caracterizado por uma demanda majoritária de AP de adultos. Pondera-se também sobre um possível crescimento da área psicologia organizacional nos últimos anos, tendo em vista os dados obtidos neste estudo. Outro aspecto relacionado ao perfil da amostra é o percentual encontrado de profissionais que tinham experiência em AP na área da pesquisa científica (24,6%), observou-se que todos estes respondentes tinham uma pós-graduação concluída e/ou em andamento, e esta aproximação com o meio acadêmico parece justificar este achado.

Sobre o referencial teórico adotado em AP, 73,2% dos profissionais relataram que utilizam um embasamento teórico na prática em AP e os demais referiram não usar. Considera-se preocupante este resultado, tendo em vista que habilidade e conhecimento são aspectos indispensáveis para condução uma AP (Naglieri et al., 2004). Em se tratando de AP, determinados

saberes são fundamentais para a sua adequada realização. Sem os mesmos, as chances de comprometimento deste processo aumentam, por meio de ações falhas ou até mesmo incorretas. Sendo assim, a compreensão teórica é entendida como uma das competências fundamentais para a formação de psicólogos na área de AP (Noronha, Barros, Nunes, & Santos, 2014). Segundo Tavares (2012), somente com o domínio da técnica, sua teoria e seus estudos é que se adquire uma melhor compreensão acerca da sua própria utilidade e possibilidades. Portanto, o profissional é responsável por selecionar os métodos e testes psicológicos de acordo com os objetivos da AP (Cunha, 2000) e do embasamento teórico deste processo (Ocampo, Arzeno, & Piccolo, 2009). Reppold e Serafini (2010) tecem considerações acerca do ensino de AP na graduação e as autoras entendem a redução das disciplinas em AP como um obstáculo na formação, pois acarreta na seleção de técnicas e testes a serem ensinados aos alunos, restringindo o acesso dos mesmos a todas as técnicas existentes e reduzindo o tempo para a reflexão crítica sobre os instrumentos e o exercício de integração entre diagnósticos e os referenciais teóricos usados pelos estudantes. É possível que isto justifique o porquê os participantes apontarem a falta de aprofundamento teórico como uma falha na graduação em psicologia e, ao mesmo tempo, isto também pode ser o motivo pelo qual alguns participantes não percebem isto como uma limitação, talvez por justamente não terem adquirido conhecimento necessário e nem exercitado o raciocínio crítico sobre os conteúdos e instrumentos de AP.

Entre os referenciais teóricos mais citados apareceram correntes clássicas da psicologia como psicanálise, humanismo, sistêmica, cognitivismo e comportamental. Dentre algumas respostas obtidas, o que gera certa estranheza é a menção de cursos, manuais de testes e livros como sendo o embasamento teórico para a prática em AP. Dessa maneira, entende-se o aporte teórico como um alicerce essencial para realização de uma AP, pois é este que permitirá a formulação de hipóteses e a construção da compreensão dinâmica sobre o avaliando. Sendo

assim, cursos e manuais não parecem ser suficientes para alcançar tal objetivo. Embora sejam construídos a partir de constructos teóricos, dificilmente estes irão abordar a teoria em profundidade, visto que este nível de conhecimento deve ser buscado pelo próprio profissional. De modo geral, constatou-se que os participantes procuram se utilizar de livros e revistas científicas para aprimorar os conhecimentos em AP. Por outro lado, destaca-se que somente 38,4% da amostra respondeu que procura supervisão. E justamente esta seria uma das formas que poderia contribuir bastante para o aperfeiçoamento profissional, especialmente no contexto clínico, contudo esta prática ainda é incipiente na realidade brasileira (Tavares, 2012).

Um ponto controverso identificado neste estudo refere-se aos participantes que relataram fazer uso de testes psicológicos em contextos e populações diferentes das indicadas nos manuais dos testes ou mesmo utilizam instrumentos psicológicos que estão contraindicados para o uso profissional pelo CFP. Ainda que este resultado se reporte a uma pequena parcela da amostra, faz-se necessário abordá-lo, pois o mesmo ainda ocorre na prática. A título de exemplificação, extraíram-se duas situações encontradas neste estudo, o uso do teste HTP em contexto organizacional, sendo que este é um instrumento de avaliação da personalidade, por meio de indicadores psicopatológicos, tendo propósitos claramente clínicos. Outro exemplo, é a administração do Bender (SPG) em população adulta e idosa, embora o teste tenha sido validado para a utilização em crianças. É possível que estas práticas aconteçam por falta de conhecimento e preparo para conduzir uma AP dentro dos parâmetros éticos e técnicos esperados de um profissional formado. Deste modo, enfatiza-se a importância da capacidade de análise da demanda e de escolha dos instrumentos como fatores estritamente relacionados a qualidade da avaliação em si mesma (Tavares, 2012).

É inegável o quanto o uso inadequado dos instrumentos prejudica o processo e expõe o examinando a riscos, privando-o dos benefícios de uma AP bem conduzida, já que não há como

garantir a fidedignidade dos resultados de um teste mal-empregado e/ou não validado para aquele propósito. Não respeitar as indicações quanto ao uso do instrumento é um retrocesso frente aos avanços conquistados por meio do SATEPSI em prol da qualidade, segurança e eficiência dos processos de AP. É válido lembrar que os critérios mínimos necessários para que um teste esteja apto para o uso foram estabelecidos em conformidade com as normativas da Internacional Test Commission (ITC), American Psychological Association (APA) e Canadian Psychological Association (CPA), ou seja, trata-se de uma concepção internacional acerca dos padrões mínimos de qualidade dos instrumentos e práticas em AP. Os testes devem ser construídos a partir de conhecimentos científicos e a sua padronização e validação serve exatamente para reduzir ou eliminar possíveis vieses dos mesmos (APA, 2002). Alves (2009) salienta que a área de AP sempre foi muito questionada por conta de fatores como a má utilização dos testes psicológicos, a falta de instrumentos de qualidade para o uso e pela baixa qualidade nos documentos técnicos derivados deste processo. Dessa maneira, estas práticas irregulares têm gerado processos éticos nos conselhos de psicologia e fortes questionamentos na justiça comum, o que denigra a categoria dos psicólogos e desvaloriza a cientificidade da área.

No Brasil, o psicólogo que faz uso indevido de testes psicológicos incorre em falta ética, tanto pelo uso de testes fora dos padrões estabelecidos quanto por utilizar testes que não constam na lista de aptos para uso, salvo os casos de pesquisa, conforme a resolução nº 002/2003. Nessa resolução, encontra-se disposto que o psicólogo, ao fazer uso de testes psicológicos deve observar as informações contidas nos manuais e, para qualificar esta utilização, o mesmo deverá buscar dados adicionais sobre o construto avaliado, estudos recentes com o teste e conhecimentos de psicometria e estatística. Esta pesquisa identificou a existência de psicólogos que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre a resolução nº 002/2003. É um dado inquietante, em se tratando de profissionais que trabalham com AP e, por esta razão, deveriam ter domínio das resoluções

que regulamentam esta prática. Resultados similares foram encontrados num estudo realizado com psicólogos mineiros, no qual foi constatado que 25% os profissionais desconheciam a resolução nº 002/2003 (Baumgartl et al, 2010).

No presente estudo, os participantes indicaram a ética profissional (89,1%), os instrumentos de AP (65,9%) e a elaboração de documentos (62,2%) como os conhecimentos mais importantes em AP. É interessante destacar que 47% dos participantes considerou importante o conhecimento sobre construção e validação de instrumentos. Conjectura-se que estes achados são o reflexo do desenvolvimento da área nos últimos anos, principalmente, em direção à conscientização dos profissionais quanto aos limites e possibilidades da AP, bem como o forte incentivo à qualificação, com vistas ao aperfeiçoamento e cientificidade do exercício em AP. Muitos autores têm reiterado a importância da formação continuada nesta área, no que tange ao *expertise* e atualização dos conhecimentos necessários para trabalhar com AP (Hutz & Bandeira, 2003; Mendes, Nakano, Silva, & Sampaio, 2013). Os resultados demonstram que os profissionais têm procurado investir em capacitações e/ou cursos de pós-graduação para aprimorar a técnica e suprir os déficits da formação, segundo as próprias respostas de alguns participantes e o alto número de psicólogos especialistas encontrados nesta amostra. Constatação semelhante foi encontrada na pesquisa de Lopes (2014), o que reforça a percepção de que o profissional atuante na área de AP estaria mais atento à necessidade de aperfeiçoamento técnico que o exercício da avaliação psicológica demanda, como qualquer outro campo da psicologia.

De modo geral, as falas dos participantes retrataram experiências e questionamentos muito semelhantes de norte a sul do país. Foram feitas críticas e/ou sugestões sobre como deveria ser a formação em AP, entretanto, nota-se que ainda há falta de consenso da categoria sobre isto, algo já constatado por Alchieri e Bandeira (2002). As respostas dos participantes denunciam situações de descaso com a formação e descrédito em relação a AP, muitas vezes, oriundas do

próprio corpo docente das instituições de ensino superior. Estudos anteriores corroboram estes achados (Noronha, 2002; Mendes, Nakano, Silva, & Sampaio, 2013; Lopes, 2014). Historicamente, existe na psicologia no Brasil um forte estigma no qual a testagem psicológica é vista como forma de rotulação e segregação de indivíduos. Embora todo progresso desta área, esta imagem ainda permanece, ocasionando divergências entre as áreas da psicologia. A falta de incentivo e credibilidade sobre a AP é observada dentro das próprias instituições de ensino, um cenário em que professores de outras áreas não valorizam esta atividade e acabam por fomentar essa imagem entre os alunos em formação. Ao tratar a AP como uma área menor ou até dispensável da formação em psicologia, compromete-se claramente a formação dos futuros psicólogos, através do baixo investimento na qualidade do ensino, expresso pela redução do número e da carga horária das disciplinas de AP (Reppold & Serafini, 2010). Por vezes, não há incentivo à pesquisa e faltam materiais necessários para estas disciplinas na graduação (Alchieri & Bandeira, 2002). Também ocorre a destinação de professores com pouca identificação e/ou propriedade dos conteúdos para o ensino de AP (Noronha, Barros, Nunes, & Santos, 2014). Noronha, Carvalho, Miguel, Souza & Santos (2010) enfatizam a importância da adoção de diferentes métodos, técnicas e estratégias a serem utilizadas no ensino de AP, sendo fundamental que o docente tenha formação específica na área, experiência profissional e esteja em constante atualização. Dessa maneira, é esperado que o docente tenha o conhecimento construído a partir do tripé ensino-pesquisa-prática para garantir uma formação adequada aos futuros psicólogos. Segundo Anastasi e Urbina (2000), as críticas direcionadas a AP, especialmente quanto ao uso inadequado e a falta de preparo para a atividade, retratam tão somente as falhas da formação profissional.

Este estudo enfocou o uso dos testes gráficos em AP, em virtude da sua larga utilização em diversos contextos e questionamentos quanto a estes instrumentos (Arteche & Bandeira,

2006; Baumgartl et al., 2010; Gomes et al., 2014; Gomes, Bauermann & Bandeira, 2015; Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006). Nos resultados obtidos, constatou-se uma forte preferência pelos testes gráficos entre os psicólogos, uma vez que grande parte desta amostra respondeu que frequentemente (58,6%) e sempre (22,8%) opta por incluir algum teste gráfico na bateria de testes. Estudos apontam os testes gráficos como os instrumentos mais ensinados na graduação, em específico, o Desenho da Figura Humana, Bender e HTP (Freitas & Noronha, 2005; Noronha, 2002; Noronha, Primi, & Alchieri, 2005; Padilha, Noronha & Fagan, 2007; Paula, Pereira, & Nascimento, 2007), o que contribui para o seu expressivo uso. Entre os motivos mais comuns para iniciar a testagem com um teste gráfico foram citadas a facilidade, simplicidade e ludicidade da própria tarefa. Por ser algo familiar e, por vezes, prazeroso para os indivíduos, considerando que, em algum momento da vida, já desenharam figuras de casa, árvore e pessoa (Wechsler, 2003), o teste gráfico seria menos ansiogênico e propiciaria o rapport e vínculo com avaliando (Cunha, 2000; Ocampo, Arzeno, & Piccolo, 2009). Outro aspecto elencado seria o tempo de aplicação e as particularidades do teste gráfico. Hazboun e Alchieri (2014) realizaram uma pesquisa com 644 psicólogos e constataram que as dificuldades com relação ao tempo necessário para a realização de uma avaliação psicológica podem estar relacionadas a peculiaridades de determinados contextos como: forense, trânsito, saúde e social. No caso da AP para CNH, por exemplo, o crescimento da demanda ao lado da pressão pela rapidez dos resultados, leva o psicólogo a necessitar de estratégias que lhe permitam dar conta do trabalho (Silva & Alchieri, 2010).

A respeito dos manuais de testes gráficos, foi constatado que os profissionais observam limitações nos mesmos, principalmente, relativas a falta de objetividade e clareza das informações. Alguns participantes referiram que muitos manuais não apresentavam maiores informações sobre os estudos psicométricos tampouco sobre a interpretação dos resultados. O

estudo de Vendramini e Lopes (2008) corrobora queixas observadas acerca da interpretação e da pouca clareza dos dados. Por outro lado, as autoras identificaram que a leitura dos manuais de testes tende a se concentrar nos conteúdos referentes a aplicação, correção e interpretação dos resultados, e receiam o quanto isto pode comprometer a área de AP e a psicologia como um todo. Isto pode ser observado indiretamente neste estudo, uma vez que um número significativo de participantes (21,5%) afirmou que não conhecia os estudos contidos nos manuais. Cabe destacar que os manuais mais citados foram H-T-P, Palográfico, DFH-III e Bender (B-SPG), sendo então estes que os profissionais detinham maior conhecimento acerca dos respectivos manuais. Outros estudos também identificaram o H-T-P como o teste mais conhecido e/ou usado pelos profissionais e estudantes de psicologia (Lago & Bandeira, 2008; Padilha, Noronha & Fagan, 2007; Vendramini & Lopes, 2008).

Neste estudo, o H-T-P foi o instrumento mais questionado justamente por não apresentar estudos de validade brasileiros e por ter uma interpretação subjetiva. Entretanto, os resultados também o apontaram como o teste gráfico mais usado, presente em todas as áreas da psicologia, especialmente no contexto clínico. Salienta-se que outros testes também apresentam importantes lacunas em seu fundamento, com poucos e/ou insuficientes estudos para embasar seu uso, como no caso do Palográfico, que carece de determinadas informações de padronização e normatização (Ottati, 2012). No estudo de Noronha, Sartori, Freitas e Ottati (2002) foram avaliados vinte e dois manuais de testes de personalidade e as autoras discutiram a necessidade das informações estarem completas e claras para o uso, a fim de subsidiar uma prática com qualidade, sem falhas e/ou erros advindos da falta de dados sobre o teste. É evidente que estudos complementares podem suprir estas lacunas, pois o embasamento para o uso do instrumento não deve advir somente do manual. Porém, isto demanda que os profissionais acompanhem as novas publicações científicas. Entretanto, este estudo encontrou uma realidade na qual 48,2% dos participantes

relataram que não acompanham com frequência os novos estudos, e 13,4% assumiu que não tem conhecimento sobre as novas pesquisas.

De modo geral, foi questionada a falta de estudos normativos que contemplem as diversas regiões, populações e contextos de AP. De fato, nas regiões sul e sudeste existe uma concentração maior de cursos de graduação e pós-graduação em psicologia e, por conseguinte, a maior parte das produções científicas em AP são desenvolvidas nestas regiões (Joly et al, 2010). Apesar da necessidade destes estudos de validação por região, percebe-se que o maior entrave é a falta de recursos para a realização de pesquisas de abrangência nacional. Quanto a populações e contextos, a avaliação da população com baixa escolaridade foi citada pelos participantes como uma dificuldade no exercício da AP. Segundo Hutz e Bandeira (2003), é necessário o desenvolvimento de instrumentos de AP que possam avaliar adequadamente indivíduos com baixa escolaridade e/ou em situação risco, com vistas ao atendimento destas importantes demandas sociais.

Em contrapartida, retoma-se a informação de que alguns participantes referiram utilizar os manuais dos testes como referência teórica para atuar com AP. Talvez isto explique o porquê da palavra confiança ter sido tão mencionada ao longo do questionário e com destacada importância na escolha de testes gráficos. Pondera-se a respeito desta confiança no teste psicológico, estaria a mesma baseada nas evidências de validade do instrumento ou estaria calcada tão somente em experiências e preferências pessoais? Levanta-se esta última hipótese, porque é possível que isto propicie o uso indiscriminado do instrumento em populações e contextos diferentes das indicadas no manual, devido uma confiança irrestrita no instrumento, ou quiçá crença, de que aquele seja o melhor método para qualquer tipo de investigação psicológica. Sendo assim, coloca-se esta questão para assinalar o quanto a seleção de instrumentos pode ocorrer de forma enviesada, estando a serviço de outras questões (ou motivações), e certamente distante do objetivo principal

da avaliação psicológica, o examinando em si. Com isto, enfatiza-se a importância do treinamento e supervisão técnica para trabalhar com AP, para que o profissional possa reconhecer as possibilidades e os limites dos instrumentos, e consiga refletir criticamente sobre a avaliação psicológica e a sua própria atuação profissional dentro deste processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre a atuação profissional que apresentam as demandas do campo prático são imprescindíveis para o conhecimento, a atualização e a reformulação dos aportes teóricos que fundamentam o exercício profissional. Isto pode e deve nortear o desenvolvimento da ciência, que, atenta às vicissitudes do campo aplicado, pode aprimorar e revisar conceitos. A proposta deste estudo foi contribuir com informações atuais sobre o uso de testes gráficos em AP no Brasil. Sendo assim, o estudo cumpriu com o objetivo traçado e pode-se dizer que os resultados permitem visualizar um panorama da realidade brasileira do uso de testes gráficos em avaliações psicológicas nos mais variados contextos.

A justificativa do estudo encontrou respaldo nos comentários e críticas que os profissionais emitiram sobre tema. Foi gratificante ler os comentários deixados pelos participantes. Para muitos, esta foi uma oportunidade de expressar sua opinião e ser 'ouvido'; muitos compartilharam seus anseios e inquietações referentes aos testes gráficos e à realidade da formação no Brasil. Notou-se um descontentamento com a falta de dados normativos para determinados contextos da AP e regiões do país, assim como a validade de alguns testes gráficos validados pelo CFP, o que gerou questionamentos quanto a resolução nº 02/2003.

Entretanto, este estudo apresenta algumas limitações. O questionário extenso utilizado, o qual parte dos participantes não respondeu até o fim, resultou na variação do número de respondentes por questão, o que pode confundir o leitor quanto ao n total de cada item. Entretanto, pode-se inferir também que alguns profissionais, mesmo que trabalhem com AP, podem estar parcamente engajados com esta área, com pouco interesse e/ou domínio da temática. A coleta de dados *online* apresenta inúmeras vantagens por ser uma ferramenta de maior

acessibilidade e alcance, conveniência, liberdade e comodidade, o que viabilizou a participação de psicólogos de todas as idades e regiões do Brasil. Entretanto, este formato também conduz a certas dificuldades como garantir o entendimento das questões, por mais que tenham sido revisadas exaustivamente, a ausência do aplicador/entrevistador propicia esta limitação. Por outro lado, a riqueza dos dados obtidos só foi possível exatamente pela forma como se deu a coleta, que permitiu alcançar participantes de todas as regiões, oriundos de pequenas e grandes cidades, descortinando a grande diversidade cultural do país.

Ressalta-se que o presente estudo atingiu o objetivo proposto e assim espera-se que estes dados possam incentivar novas pesquisas, sobretudo, relativas aos testes gráficos, tão utilizados e ainda tão questionados pelos psicólogos. Após doze anos da resolução nº 02/2003, são visíveis os avanços que esta trouxe para a psicologia, ações de reconhecida efetividade e importância para o desenvolvimento da AP. Válido destacar o quanto essa resolução incentivou a reflexão e a crítica sobre as práticas em AP, inclusive influenciando positivamente a formação e a atuação dos profissionais.

Em última análise, nota-se que muitos psicólogos reconhecem as limitações e as falhas dos instrumentos e esperam que estas sejam sanadas, ou seja, há uma demanda clara pelo aprimoramento das ferramentas e da área de AP como um todo. Porém, esta responsabilidade não pertence somente a um grupo de pessoas e sim a todos os envolvidos, pesquisadores, órgãos de financiamento de pesquisa, editoras de testes, CFP, entidades de classe e a categoria profissional. Sendo assim, ainda há progressos a serem realizados no sentido de aprimorar os instrumentos psicológicos, bem como a necessidade de que haja mais estudos normativos que possam contemplar as diversas regiões, culturas e contextos de AP no Brasil, maior rigor na análise os instrumentos e a construção de uma sistemática de fiscalização que coibir o mau uso das técnicas e testes psicológicos. Para tanto, se faz necessário que as entidades de classe e sociedades

científicas contribuam no debate e na implementação destas mudanças e, principalmente, que as instituições específicas de AP estejam verdadeiramente incluídas e atuantes neste processo. E como complemento disto, também seria importante que fossem desenvolvidas mais ações de conscientização quanto às especificidades e aos limites dos instrumentos, com vistas ao incentivo do exercício da análise crítica sobre as ferramentas e possibilidades existentes em AP. Embora trate-se de uma responsabilidade do psicólogo, isto precisa ser continuamente fomentado na formação acadêmica e nos cursos de AP, pois é sabido que existiram e ainda existem percalços no próprio ensino de AP. Com relação aos testes gráficos, de modo geral, é visível a necessidade de novos estudos e de investimento em pesquisas regulares de revisão sobre os mesmos, visto a sua forte presença e relevância no cenário brasileiro de avaliação psicológica.

REFERÊNCIAS

- Alchieri, J. C., & Bandeira, D. R. (2002). Ensino da avaliação psicológica no Brasil. In: R. Primi, (Org.). *Temas em avaliação psicológica* (pp. 35-39). Campinas, SP: Imprensa Digital do Brasil.
- Alves, I. C. B., Alchieri, J. C. & Marques, K. C. (2002). As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. *Psico-USF*, 7(1), 77-88.
- Alves, I. C. B. (2009). Reflexões sobre o ensino em avaliação psicológica na formação do psicólogo. In C. S. Hutz (Org.). *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica* (pp. 217-242). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- American Psychological Association. (2002). Ethical principles of psychologists and code of conduct. *American Psychologist*, 47, 1597–1611. Disponível em: <http://www.apa.org/ethics/code1992.html>. Acessado em: Junho/2013.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Arteche, A. X., & Bandeira, D. R. (2006). O Desenho da Figura Humana: Revisando mais de um século de controvérsias. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, 22, 133-156.
- Bandeira, D. R. (2011). Repensando a formação em avaliação psicológica no Brasil. In: A. P. P. Noronha, N. Hanazumi, A. L. Francisco, S. O. Santos, A. V. Cruces, A. F. Barros, C. B. Angelucci, S. M. Borges, V. R. Miranda, W. A. Gama, A. C. Menezes (Eds.), *Ano da Avaliação Psicológica: Textos Geradores* (pp. 129-132). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Bandeira, D. R., Costa, A., & Arteche, A. (2008). Estudo de validade do DFH como medida de desenvolvimento cognitivo infantil. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 21(2), 332-337.
- Bandeira, D. R., Trentini, C. M., Winck, G. E., & Lieberknetch, L. (2006). Considerações sobre as técnicas projetivas no contexto atual. In: A. P. P. Noronha, A. A. A. Santos, A. A.A., & F. F. Sisto (Eds.), *Facetas do fazer em avaliação psicológica* (pp. 125-139). São Paulo, SP: Vetor Editora.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Coleções 70. (Obra original publicada em 1977).

Barroso, S. M. (2010). Avaliação psicológica: análise das publicações disponíveis na Scielo e BVS-Psi. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 141-154.

Bartholomeu, D., Cecato, J. F., Montiel, J. M., Machado, A. A., & Sisto, F. F. (2013). Teste de Bender (B-SPG) e DFH-escala Sisto: Validade por grupos contrastantes. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 3(2), 241-257.

Baumgartl, V. O., Pagano, A. P., & Lacerda, J. (2010). A utilização de testes psicológicos em organizações em Minas Gerais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 178-186.

Brasil (1962). Lei nº 4119 de 27 de agosto de 1962, dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm. Acessado em: Junho/2013.

Buck, J. N. (2003). *H-T-P: Casa – Árvore – Pessoa - Técnica Projetiva de Desenho: Manual e Guia de Interpretação*. São Paulo, SP: Vetor.

Chiodi, M. G., & Wechsler, S. M. (2008). Avaliação psicológica: contribuições brasileiras. *Boletim: Academia Paulista de Psicologia*, 28(2), 197-210.

Conselho Federal de Psicologia-CFP (2003). *Resolução n.º 002/2003* [Online]. Disponível: <http://www.pol.org.br>. Acessado em: Junho/2013.

Cunha, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Davoglio, T. R., & Argimon, I. I. L. (2010). Avaliação de comportamentos antissociais e traços psicopatas em Psicologia Forense. *Avaliação Psicológica*, 9, 111-118.

Freitas, F. A., & Noronha, A. P. P. (2005). Clínica-escola: levantamento de instrumento utilizados no processo psicodiagnóstico. *Psicologia. Escolar Educacional*, 9(1), 87-93.

Godoy, S. L., & Noronha, A. P. P. (2005). Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. *Revista do Departamento de Psicologia UFF*, 17(1), 139-159.

Gomes, L. P., Silveira, L. B., & Bandeira, D. R. (2014). House-Tree-Person Test (HTP): uma revisão sistemática dos estudos empíricos publicados de 1994 a 2014. Caderno de resumos do XI

Encontro de Avaliação Psicológica Mineiro – EMAP e IV Congresso Latino-Americano de Avaliação Psicológica, Belo Horizonte, MG.

Gomes, L. P., Bauermann, M., & Bandeira, D. R. (2015). Estudo do desenho da figura humana (DFH): uma análise das pesquisas publicadas nas últimas duas décadas. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica*, São Paulo, SP.

Hammer, E. F. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. Rio de Janeiro, RJ: Interamericana.

Hutz, C. S., & Bandeira, D. R. (2003). Avaliação Psicológica no Brasil: Situação Atual e Desafios para o Futuro. In: O. H. Yamamoto, & V. V. Gouveia. (Eds.). *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 261-277). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Hazboun, A. M., & Alchieri, (2014). Dificuldades em Avaliação Psicológica segundo Psicólogos Brasileiros. *Psico*, 45(1), 83-89.

Joly, M. C. A. R., Berberian, A. A., Andrade R. G., & Teixeira, T. C. (2010). Análise de teses e dissertações em avaliação psicológica disponíveis na BVS-PSI Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 174-187.

Koppitz, E. M. (1989). *O teste gestáltico Bender para crianças*. Trad.: Rosaura Nemoto Piccoli, Porto Alegre: Artes Médicas.

Kroeff, P. (1988). Normas brasileiras para o Teste de Bender. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1/2(3), 12-19.

Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2008). As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. *Avaliação psicológica*, 7(2), 223-234.

Lamounier, R., & Rueda, F. J. M. (2005). Avaliação psicológica com o PMK no contexto do trânsito. *Psicologia: Pesquisa & Trânsito*, 1(1), 25-32.

Lhullier, L. A. (2013). *Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf

Lilienfeld, S. O, Wood, J. M., & Garb, H. N. (2000). The Scientific Status of Projective Techniques. *Psychological science in the public interest*, 1(2), 27-66.

Lopes, A. C. F. (2014). *Tomada de decisão de psicólogos em avaliação psicológica*. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Mendes, L. S., Nakano, T. C., Silva, I. B., & Sampaio, M. H. L. (2013). Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(2), 428-445.

Meyer, G. J., Finn, S. E., Eyde, L. D., Kay, G. G., Moreland, K. L., Dies, R. R., Eisman, E. J., Kubiszyn, T. W., & Reed, G. M. (2001). Psychological testing and psychological assessment: A review of evidence and issues. *American Psychologist*, 56(2), 128-165.

Muniz, J., & Bartram, D. (2007). Improving International Tests and Testing. *European Psychologist*, 12(3), 206–219

Naglieri, J.; Drasgow, F.; Schmit, M.; Handler, L.; Prifitera, A.; Margolis, A., & Velasquez, R. (2004). Psychological Testing on the Internet - New Problems, Old Issues, *American Psychologist*, 59(3), 150–162.

Nakano, T. C., Wechsler, S. M., & Primi, R. (2011). *Teste de Criatividade Figural Infantil*. São Paulo, SP: Vetor.

Nakano, T. C., & Primi, R. (2012). A estrutura fatorial do Teste de Criatividade Figural Infantil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 91-100.

Nakano, T. C. (2013). Problemas apresentados pelos instrumentos com parecer desfavorável no SATEPSI. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 121-130.

Noronha, A. P. P. (2002). Problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 15, 135-142.

Noronha, A. P. P., & Alchieri, J. C. (2004). Conhecimento em Avaliação Psicológica. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 43-52.

Noronha, A. P. P., Primi, R., & Alchieri, J. C. (2005). Instrumentos de avaliação mais conhecidos e utilizados os por psicólogos e estudantes de Psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 390-401.

Noronha, A.P. P., Carvalho, L.F, Miguel, F. K., Souza, M. S., & Santos, M. A. (2010). Sobre o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 9(1), 139-146.

Noronha, A. P. P., Barros, M. V. C., Nunes, M. F. O., Santos, A. A. A. (2014). Avaliação psicológica: importância e domínio de atividades segundo docentes. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 14, 524-536.

Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. T., Bueno, J. M. H., Faiad, C., Noronha, A.P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11, 309-316.

Ocampo, M. L. S., Arzeno, M. E. G., & Piccolo, E. G. (2009). *O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes.

Oliveira, K. L., Noronha, A. P. P., & Dantas, M. A. (2006). Instrumentos psicológicos: estudo comparativo entre estudantes e profissionais cognitivo-comportamentais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 23(4), 359-367.

Oliveira, M. S., & Rigoni, M. (1999). *Figuras Complexas de Rey: Teste de Cópia e de Reprodução de Memória de Figuras Geométricas Complexas*. Manual André Rey. Revisão Técnica Terezinha Rey, Lúcia C. F. Franco. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Oliveira M., Rigoni, M., Andretta, I., & Moraes, J. F. (2004). Validação do Teste Figuras Complexas de Rey na população brasileira. *Avaliação psicológica*, 3(1), 33-38.

Otati, F. (2012). *Teste Palográfico* [online]. Disponível em: http://www.ibapnet.org.br/?cd=45&titulo=teste_palografico. Acessado em: Maio/2015.

Padilha, S., Noronha, A. P. P., & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 69-76.

Pagliuso, L., & Pasian, S. R. (2007). As Figuras Complexas de Rey: normas preliminares com crianças de 9 e 10 anos. *Psico*, 38(2), 148-156.

Pasquali, L. (1999). *Instrumentos psicológicos: Manual Prático de elaboração*. LabPAM.

Paula, A. V., Pereira, A. S. & Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em Avaliação Psicológica. *PsicoUSF*, 12(1), 33-43.

Pereira, F. M., Primi, R., & Cobêro, C. (2003). Validade de testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores. *Psicologia: Teoria e Prática*, 5(2), 83-98.

Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 25-35.

Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2008). Investigação psicodiagnóstica de adolescentes: Encaminhamentos, queixas e instrumentos utilizados em clínicas-escolas. *Avaliação Psicológica*, 7(1): 85-9.

Reppold, C. T., & Serafini, A. (2010). Novas tendências no ensino da avaliação psicológica. *Avaliação psicológica*, 9(2), 323-329.

Rovinski, S. L. R. (2000). Perícia Psicológica na Área Forense. In: J. A. Cunha (Ed.), *Psicodiagnóstico V* (pp. 183-195). Porto Alegre: Artes Médicas.

Rovinski, S. L. R., & Elgues, G. Z. (1999). Avaliação Psicológica na Área Forense: Uso de Técnicas e Instrumentos. *Anais do III Congresso Ibero Americano de Psicologia Jurídica 1999*. Disponível em <http://www.bvs-psi.org.br/> acessado em: 21 junho de 2013.

Rubio, K. (2007). Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. *Revista brasileira de psicologia do esporte*, 1(1), 01-13.

Rueda, F. J. M., & Sisto, F. F. (2006). Estudo sobre as categorias de interpretação das Matrizes Coloridas de Raven e DFH-Escala Sisto. *Alethéia*, 23, 17-26.

Sampaio, M. H. L., & Nakano, T.C. (2011). Avaliação Psicológica no contexto do trânsito: revisão de pesquisas brasileiras. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13 (1), 15 -33.

Silva, F., & Alchieri, J. C. (2010). Validade preditiva de instrumentos psicológicos usados na

avaliação psicológica de condutores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 695-706.

Sisto, F. F., Noronha, A. P. P., & Santos, A. A. A. (2004). Distorção de forma no teste de Bender: questionado seu critério de validade. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 16(2), 139-154.

Sisto, F. F. (2005). *Desenho da Figura Humana - Escala Sisto*. São Paulo: Vetor.

Sisto, F. F., Santos, A. A. A., & Noronha, A. P. P. (2006). Critério de integração do Teste de Bender: explorando evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 3(1) 13-20.

Sisto, F. F., Noronha, A. P. P., & Santos, A. A. A. (2005). *Bender – Sistema de Pontuação Gradual B-SPG*. Vetor Editora: São Paulo.

Suehiro, A. C. B., & Rueda, F. J. M. (2009). Revista *Avaliação Psicológica*: um estudo da produção científica de 2002 a 2007. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 131-139.

Tavares, M. (2012). Considerações preliminares à condução de uma avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11(3), 321-334.

Villemor-Amaral, A.E., & Pasqualini-Casado, L. (2006). *A cientificidade das técnicas projetivas em debate*. *Psico-USF*, 11(2), 185-193.

Wechsler, S. M. (2002). *Avaliação da criatividade por figuras e palavras: Testes de Torrance – Versão brasileira*. Campinas, SP: Lamp.

Wechsler, S. (2003). *DFH III: O Desenho da Figura Humana: Avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Original published in 1996).

ANEXOS

ANEXO A

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: TESTES GRÁFICOS: FORMAÇÃO, PESQUISA E PRÁTICAS EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Pesquisador: Denise Ruschel Bandeira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 21998313.1.0000.5334

Instituição Proponente:Instituto de Psicologia - UFRGS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 516.217

Data da Relatoria: 13/01/2014

Apresentação do Projeto:

O projeto pretende obter informações sobre as características, práticas e opiniões dos profissionais que atuam na área da avaliação psicológica, com ênfase no uso de testes gráficos.

Objetivo da Pesquisa:

Este estudo investigará tanto o estado da arte quanto o uso dos testes gráficos no exercício profissional. No estudo 1, para ser avaliado o estado da arte da área, será realizada uma revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre os testes gráficos. No estudo 2, o objetivo é investigar a realidade atual do uso dos testes gráficos, por meio de uma pesquisa de levantamento com profissionais formados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Tendo em vista o estudo ser uma pesquisa de perfil de levantamento e a coleta ser por meio da internet, o risco é mínimo.

Benefícios: Serão fornecidos dados atualizados a respeito de pesquisa e prática na área de avaliação psicológica.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA -
UFRGS



Continuação do Parecer: 516.217

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa atende aos requisitos éticos.

Endereço:	Rua Ramiro Barcelos, 2600		
Bairro:	Santa Cecília	CEP:	90.035-003
UF:	RS	Município:	PORTO ALEGRE
Telefone:	(513)308--5698	Fax:	(513)308--5698
		E-mail:	cep-psico@ufrgs.br

Página 01 de 02

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos estão adequados.

Recomendações:

Sem recomendações atualmente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto está em conformidade.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PORTO ALEGRE, 28 de Janeiro de 2014

Assinador por:
Clarissa Marcell Trentini
(Coordenador)

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este instrumento faz parte do projeto de dissertação intitulado "Testes gráficos: formação, pesquisa e práticas em avaliação psicológica", o qual é conduzido pela psicóloga Laura Poll Gomes (CRP: 16.987/07), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientada pela Professora Dra. Denise Ruschel Bandeira.

O objetivo desse estudo é investigar e levantar dados acerca do uso das técnicas gráficas nas práticas de avaliação de psicólogos. Para tanto, os participantes deverão estar habilitados e devidamente registrados junto ao Conselho Regional de Psicologia. Ao responder ao questionário, serão encontradas questões sobre a formação e atuação profissional, as técnicas e os testes utilizados e demais tópicos relacionados à área de avaliação psicológica. Pode-se indicação de outros profissionais que possam integrar o estudo.

A sua participação é voluntária e você poderá retirar o seu consentimento em qualquer etapa do estudo, se assim o desejar. Informamos que os resultados obtidos poderão ser utilizados em trabalhos científicos, contudo, a sua identidade será preservada. Os resultados individuais serão identificados por números e terão seus dados analisados em conjunto aos de outros participantes. O material coletado será arquivado e, posteriormente, destruído depois de um prazo de cinco anos.

Quaisquer dúvidas e/ou informações relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela(s) pesquisadora(s) Laura Poll Gomes e/ou Denise Ruschel Bandeira (tel: 51 3308.5352) ou pelo email laurapgms@gmail.com ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, fone: 51 3308.4085.

Agradecemos desde já a sua colaboração.

Aceito ()

Não aceito ()

ANEXO C**Questionário**

Dados pessoais

Sexo: () Fem () Masc

Idade: ___ anos

Cidade: _____ Estado: _____

Dados profissionais

Em que faculdade concluiu o curso de Psicologia? _____

Ano de conclusão: _____

Possui outra graduação?

() Sim. Qual? _____

() Não.

Possui pós-graduação?

() Sim.

() Não.

() Em andamento.

Sobre esta pós-graduação, assinale a(s) alternativa(s), informando a respectiva área de estudo:

() Especialização. () em andamento () concluído Área: _____

() Mestrado. () em andamento () concluído Área: _____

() Doutorado. () em andamento () concluído Área: _____

() Pós-doutorado. () em andamento () concluído Área: _____

Realizou cursos de curta duração ou de extensão sobre técnicas e testes psicológicos?

() Sim.

() Não.

- Se sim, quais? _____

Participa de eventos, congressos e seminários de avaliação psicológica?

() Sim.

() Não.

- Se sim, com qual frequência?

- 1 vez ao ano.
- 2 a 3 vezes ao ano.
- 4 a 6 vezes ao ano.
- 7 ou mais vezes ao ano.

Há quanto tempo trabalha na área de avaliação psicológica?

- Menos de 1 ano.
- ____ anos.

Atualmente, você está trabalhando?

- Não.
- Sim. Qual a área? _____

De modo geral, em qual área você trabalha com avaliação psicológica?

- Clínica
- Escolar
- Esporte
- Hospitalar
- Jurídica
- Neuropsicológica
- Organizacional e do trabalho
- Pesquisa científica
- Psicomotricidade
- Psicopedagogia
- Trânsito
- Social Comunitária
- Outra. Especifique: _____

Em relação a sua demanda profissional, na área da avaliação psicológica, você geralmente atende: (É possível assinalar mais de 1 opção)

- crianças
- adolescentes
- adultos
- idosos
- todas as alternativas.

Qual(is) teste(s) gráfico(s) que você mais utiliza em sua prática profissional?

- Bender – (B-SPG)
- DFH – Escala Sisto (Sisto)
- DFH – Sistema Weschler – (Wechsler)
- Figuras Complexas de Rey (Oliveira)
- H-T-P – (Buck)
- Palográfico – (Alves e Esteves)
- Teste de Torrance - Avaliação da Criatividade por Figuras (Wechsler)
- TCFI - Teste de Criatividade Figural Infantil – (Nakano, Wechsler e Primi)
- Outros. Quais? _____

Para cada teste assinalado, haverá 3 questões referentes a este:

* Qual o contexto que você aplica este teste? (ex: clínica, trânsito, seleção de pessoal...)

* Qual o público avaliado? (crianças, adolescentes, adultos, idosos)

* Quais os motivos que levam você a escolher este instrumento?

- Experiência com o teste
- Tempo de aplicação
- Correção
- Resultados
- Outro _____

Você costuma usar outros testes junto como os testes gráficos?

- Sim.
- Não.

- Caso tenha respondido que SIM, quais? _____

Você utiliza outras técnicas gráficas em sua prática?

- Sim.
- Não.

Em caso afirmativo, qual? _____

Você procura usar primeiramente os testes gráficos para iniciar uma bateria de testagem?

- Sim
- Não
- Depende. Explique: _____

Quando você pensa nos instrumentos a serem utilizados na testagem, você prefere _____
usar os testes gráficos.

- Sempre
- Frequentemente
- Raramente
- Nunca

Para obter dados sobre os aspectos cognitivos, você utiliza testes gráficos?

- Sim.
- Não.
- Se Sim, com que frequência?
- Sempre
- Frequentemente
- Raramente
- Nunca

Você conhece os estudos apresentados nos manuais dos instrumentos gráficos que você utiliza?

- Sim, conheço todos.
- Sim, conheço alguns.
- Não, não conheço.

Você acompanha os novos estudos sobre os testes gráficos?

- Sim
- Parcialmente
- Não

Na sua opinião, qual o grau de importância das seguintes características dos testes gráficos para a escolha destes instrumentos em detrimento de outros?

- Forma de aplicação (Individual e coletiva)
- importante pouco importante nada importante
- Dados normativos (População-alvo do teste)
- importante pouco importante nada importante
- Material a ser utilizado (Simples e baixo custo)
- importante pouco importante nada importante
- Tempo de aplicação (Tempo de execução)
- importante pouco importante nada importante
- Compreensão (Familiaridade com tarefa)

() importante () pouco importante () nada importante

- Correção (Sistemática de correção)

() importante () pouco importante () nada importante

- Resultados (Dados obtidos e Interpretação)

() importante () pouco importante () nada importante

- Confiabilidade (Quanto você confia nos resultados)

() importante () pouco importante () nada importante

Você identifica limitações dos instrumentos gráficos em sua prática?

Sim.

Não.

- Caso tenha respondido que Sim, quais seriam estas?

Os testes gráficos aprendidos, durante a graduação, atendem a sua necessidade para a prática profissional nos dias de hoje?

Sim.

Não.

Os testes gráficos aprendidos, durante a especialização, atendem a sua necessidade para a prática profissional nos dias de hoje?

Sim.

Não.

Não fiz especialização.

Para atuar no campo da avaliação psicológica, como você avalia a formação acadêmica recebida?

Muito satisfatória.

Satisfatória.

Indiferente

Pouco satisfatória.

Insatisfatória.

- Se você avaliou a formação acadêmica recebida como pouco satisfatória ou insatisfatória, o que você acredita que precisaria ser aprimorado?

Quais os conhecimentos que você considera necessários para uma avaliação psicológica?

- Teorias da personalidade
- Psicopatologia
- Sistemas de classificação de transtornos mentais (DSM, CID-10)
- Psicologia do desenvolvimento
- Construção e validação de instrumentos
- Testes psicológicos
- Ética profissional
- Psicologia clínica
- Psicofarmacologia
- Saúde mental
- Legislação
- Elaboração de documentos
- Outros.

Você conhece a Resolução nº 002/2003, que trata sobre o uso, elaboração e comercialização de testes psicológicos, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre testes psicológicos?

- Sim
- Não

A área de avaliação psicológica em que você atua possui resolução específica no CFP?

- Sim
- Não

- Qual a sua opinião sobre essa ou essas? _____

Costuma buscar informações sobre testes psicológicos no site do SATEPSI?

- Sim
- Às vezes
- Não

Através de que forma você procura aprimorar seus conhecimentos em técnicas gráficas?

- Não sinto necessidade disso
- Leitura de revistas científicas
- Livros especializados
- Grupos de estudo
- Curso de extensão
- Pós-graduação
- Supervisão
- Site e/ou revista do CFP
- Blogs e sites especializados em avaliação psicológica
- Outros.

Espaço para comentários e/ou sugestões para este estudo.

Obrigada pela participação!